



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 – Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2011





Ministério de
Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.
CNPJ Nº 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras Distribuidora S.A. – BR, líder no mercado de distribuição de combustíveis, com ampla atuação em todo o país, no cumprimento das prescrições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em novembro de 2011 a BR completou 40 anos de existência e acreditamos ter muitos motivos para nos orgulhar desta nossa jornada.

Líder do setor, com um faturamento recorde de R\$ 90,4 bilhões e apresentando um market share de 39,2%, a empresa chega ao fim de 2011 com a marca de 49.100 mil m³ comercializados, volume 6,1% maior que o registrado no ano anterior. Com vendas médias mensais acima dos 4 milhões de m³, cuja barreira foi ultrapassada em 2010, estabeleceu novo recorde de vendas: 4.392 mil m³.

Com um mercado pujante, que cresce a taxas maiores que o crescimento do PIB, a empresa tem investido maciçamente em sua infraestrutura operacional e varejista, tendo realizado R\$ 1 bilhão em investimentos em 2011 – 48,9% superior ao realizado no ano anterior, reforçando o compromisso de levar combustíveis de qualidade aos quatro cantos do Brasil, com destaque para os investimentos realizados na preparação da infraestrutura operacional para a movimentação do diesel com baixo teor de enxofre (S-50 e S-10) em todo o Brasil a partir de 2012 e 2013, ampliação e modernização do parque operacional, incluindo o início da construção de duas novas bases, a ampliação da fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias/RJ, sem deixar de citar os investimentos efetuados no segmento de aviação de forma a atender a crescente demanda do setor.

Foram inúmeros os prêmios e reconhecimentos recebidos pela Cia, seja por ações de caráter social, seja pela sua relevância no mercado de distribuição, dos quais temos orgulho de destacar:

- Vencedora do prêmio "As empresas mais Admiradas no Brasil", na categoria "Distribuidores de Combustíveis ou Derivados de Petróleo"
- Prêmio Intangível Brasil 2011 (PIB), na categoria "Atacado e Logística".
- Uma das 10 empresas do setor automotivo certificadas no TOP Consumidor 2011 – Excelência nas Relações de Consumo e Respeito ao Meio-Ambiente.

Já que estamos falando em destaque, não podemos deixar de mencionar que, em 2011, inauguramos o "Posto do Futuro Petrobras", iniciativa pioneira no país que mistura técnicas de reaproveitamento de recursos com equipamentos que identificam, monitoram e permitem customizar o atendimento aos clientes da rede. Reúne as mais novas tecnologias de interatividade com o consumidor e de energias alternativas com a implantação de uma estação elétrica que produz energia por bobinas eólicas, além do sistema de reaproveitamento de 80% da água utilizada na lavagem dos veículos.

E não para por aí, vamos dobrar nossos investimentos em logística até 2015 para acompanhar o crescimento do consumo interno, inclusive nos aeroportos, de olho no aumento dos seus movimentos, não só pelo crescimento do poder aquisitivo, mas por eventos como a Copa do Mundo e Olimpíadas.

Foram 40 anos em que não nos faltaram a parceria com fornecedores, clientes, e especialmente nossa aguerrida força de trabalho. Somos uma empresa consolidada, líder de seu segmento, que atua com eficiência e responsabilidade socioambiental.

Expresso os meus agradecimentos pela confiança e apoio recebido a todos, fornecedores, clientes, conselheiros, e força de trabalho.

José Lima da Andrade Neto
Presidente da Petrobras Distribuidora

PERFIL

A BR foi criada no dia 12 de novembro de 1971, como subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. É uma sociedade anônima de capital fechado que atua na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis para todo o Brasil.

Os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais da BR estão definidos em sua Missão, base de sua construção estratégica: "Distribuir, industrializar e comercializar derivados de petróleo e seus correlatos com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental."

As ações e negócios da BR se orientam pelos seguintes Valores, que são compartilhados por todos na Companhia: Orgulho de ser Petrobras, Desenvolvimento Sustentável, Integração, Resultados, Prontidão para Mudanças, Empreendedorismo e Inovação, Ética e Transparência, Respeito à Vida, Diversidade Humana e Cultural, Pessoas.

A BR, por meio de duas grandes áreas comerciais, atua no Mercado de Rede de Postos de Serviços e no Mercado Consumidor. O Mercado de Rede de Postos compreende a revenda de combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular e biocombustíveis, além da comercialização de produtos de conveniência e prestação de serviços agregados, nos postos de serviço e nas lojas de conveniência. Esse Mercado tem como clientes: Postos Revendedores e Franqueados. Por sua vez, o Mercado Consumidor compreende a comercialização "por atacado" de combustíveis, lubrificantes, produtos especiais, asfaltos e emulsões e energia e tem como clientes: indústrias, grandes estabelecimentos comerciais ou de serviços, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, Petrobras, Setor Agrícola, Transportadores Revendedores Retalhistas (TRRs), entre outros.

Os principais produtos comercializados pela BR podem ser classificados como:

- Combustíveis Claros: gasolinas (comum, aditivada e premium), óleos diesel (comum, biodiesel, marítimo, aditivado e parafínico), querosene de aviação - QAV, etanol hidratado e gasolina de aviação;
- Combustíveis Escuros: óleos combustíveis e coque de petróleo;
- Óleos e Graxas Lubrificantes: automotivos, industriais, marítimos, ferroviários, aviação;
- Gás Natural: industrial e veicular (GNV e GNC);
- Outros Produtos: asfalto, solventes, querosene, fluidos especiais, parafinas e produtos de supply house.

Com o intuito de atrair e obter fidelidade, a BR procura agregar valor aos seus produtos, oferecendo soluções/serviços às necessidades de seus clientes, parceiros e fornecedores. Os principais serviços prestados diretamente pela BR ou desenvolvidos pela BR e colocados à disposição dos consumidores são: Cartão Petrobras, CTF (Controle Total de Frotas), Lubrax Center, Lubrax+, Serviços de Conveniência BR Mania, Programa "De Olho no Combustível", BR Aviation Center, BR Aviation Card, CAIS (Central Avançada de Inspeção e Serviços), Serviços Asfálticos, Geração de Energia no Horário de Ponta, Eficiência Energética, Climatização, Lavamania, Análises de Lubrificantes, Siga Bem, BR Aviation Club, Serviços de Cogeração e Geração Dedicada, entre outros.

Já a Logística, outra área fundamental para a BR atingir suas metas estratégicas, é responsável pelas atividades que envolvem a cadeia de suprimento: logística, operações, área industrial, serviços compartilhados da BR, e engenharia, saúde, meio ambiente e segurança.

Presente em todo o território nacional, a BR chegou ao final de 2011 com uma rede de 7.485 postos de serviço, dos quais 751 são próprios, sendo 09 postos escola e 6.734 de revendedores. A infra-estrutura logística, que se constitui um importante diferencial competitivo para a empresa, é composta por 75 terminais e bases e 2 centros coletores de álcool perfazendo uma tancagem total própria de 1,4 milhão de m³. Presente em mais de 100 aeroportos, a Companhia conta ainda com uma fábrica de lubrificantes, 26 depósitos de lubrificantes, 7 depósitos de produtos químicos, 8 fábricas de asfalto e 7 Centrais Avançadas de Inspeção e Serviços.

No Mercado de distribuição de GLP, a BR atua através da Liquegás Distribuidora S.A., empresa em que possui 100% do capital social e que foi adquirida em 2004. No mercado de comercialização de asfalto, a BR possui 100% da Stratura Asfaltos S.A., empresa adquirida através da aquisição de parte dos ativos da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga realizada em 2007.

A BR detém, ainda, participação societária na CDGN – Companhia Distribuidora de Gás Natural (49%), Sefagel S.A. (49%), EBL – Companhia de Eficiência Energética S.A. (33%), Brasil Supply (10%) e Brasil Carbonos S.A. (49%). Em 2011, a BR constituiu participação de 49% na BRF B. Lubrificantes cujo objeto social é construção e operação de planta de refinamento de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC).

GOVERNANÇA CORPORATIVA E ORGANIZAÇÃO GERAL

Na estrutura geral de organização da BR, o Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, competindo-lhe fixar a orientação geral dos seus negócios definindo sua missão e seus objetivos, estratégias e diretrizes. A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A BR conta ainda com um Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compõe-se de até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. Compete a esse conselho fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o relatório anual da administração, examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar, entre outras.

A estrutura geral é composta das unidades organizacionais diretamente subordinadas à Diretoria Executiva, além da Auditoria Interna, responsável pelo monitoramento, avaliação e adequação do ambiente de controles internos e Ouvidoria para acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias, garantindo confidencialidade a seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias; ambas vinculadas ao Conselho de Administração e integrantes da área de contato do Presidente. O Presidente é responsável pela direção e coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva e pela gestão das funções corporativas da Companhia.

Conforme artigo 9º do Estatuto Social da BR, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos mesmos membros do Conselho de Administração da controladora (Petrobras), exceto com relação ao representante dos empregados, o qual é substituído na BR pelo representante dos empregados escolhidos entre os empregados ativos da Petrobras Distribuidora S/A - BR, observadas, em todos os casos, as exceções previstas no Decreto nº 2.988, de 12 de março de 1999.

O Conselho de Administração da BR aprovou a Estrutura Organizacional da Companhia e o Plano Básico de Organização, conforme Ata BR 594, item 1, de 20/06/2008 - Pauta nº 09.

O artigo 20, item I, do Estatuto Social, estabelece que compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre o Plano Básico de Organização. Em relação à aprovação da Estrutura Básica dos órgãos da Companhia e de suas respectivas Normas de Organização, de acordo com artigo 24, item II, letra g, do Estatuto Social, a competência é da Diretoria Executiva.

A estrutura geral de organização da BR é assim configurada:



A Diretoria da Rede de Postos de Serviço (DRPS) é responsável por conduzir e obter os melhores resultados relativos aos negócios realizados com a Rede Automotiva atendida pela BR, utilizando sua área de contato.

A Diretoria de Mercado Consumidor (DMCO) é responsável por conduzir e obter os melhores resultados através da gestão integrada das Gerências Executivas Comerciais de sua área de contato que compõem o denominado mercado consumidor da BR.

A Diretoria de Operações e Logística (DIOL) é responsável pela gestão integrada das atividades relativas à cadeia de Suprimento, Logística, Operações, Área Industrial, Serviços compartilhados da BR e Engenharia, Saúde, Meio-ambiente e Segurança.

E, a Diretoria Financeira (DFIN) com a responsabilidade pelas atividades de Finanças e Tecnologia da Informação, concentrando esforços na gestão dos recursos financeiros da Companhia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A BR norteia a gestão de seus negócios apoiada em um Plano Estratégico e um Plano de Negócios, aprovados pelo Conselho de Administração e alinhados aos da Petrobras, porém com foco no ambiente da Distribuição.

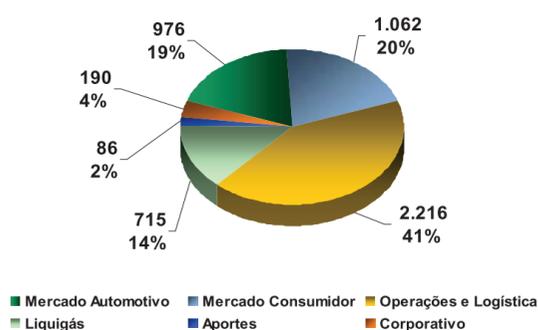
Os principais objetivos, metas e projetos da BR estão contemplados no Plano Estratégico e, consequentemente, no Plano de Negócios que é o seu detalhamento quantitativo, ambos aprovados pelo Conselho de Administração e alinhados ao Plano Estratégico da Petrobras.

No Plano Estratégico estão definidos a Missão de "Distribuir, industrializar e comercializar derivados de petróleo e seus correlatos com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental" e a Visão de longo prazo que é a de "Ser líder no mercado nacional de distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis, integrada na cadeia logística e a preferida pelos nossos públicos de interesse."

O Plano de Negócios, como parte integrante do Plano Estratégico BR, detalha quantitativamente os próximos 5 anos da empresa, definindo os resultados esperados e os recursos necessários para a implementação das diretrizes estratégicas definidas. Entre as suas principais metas figura o alcance, em 2015, de uma participação de 40,6% no mercado de distribuição.

Para efetivar as metas estabelecidas no Plano de Negócios 2011-2015, a BR deverá investir, de forma direta ou através de suas controladas e coligadas, no horizonte de 2011-2015, o valor de R\$ 5,245 Bilhões com a seguinte distribuição:

Investimentos PN BR 2011-2015



Continua...



Continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

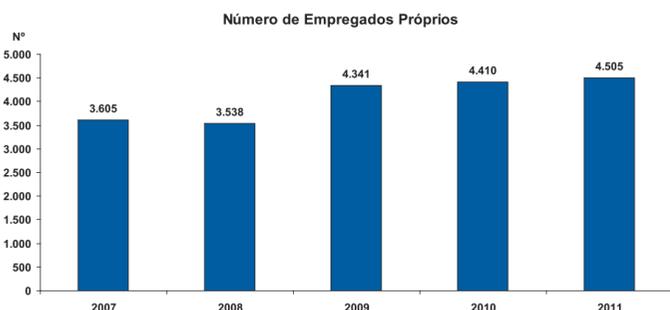
CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia

RECURSOS HUMANOS

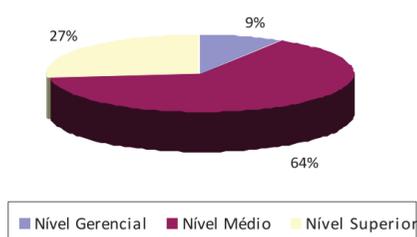
Alinhada à orientação estratégica de obter excelência em Recursos Humanos, a BR tem mantido sua política de atração e retenção, manutenção da qualidade de vida, satisfação e elevação do nível de capacitação do efetivo.

Nesse contexto, a BR encerrou o ano de 2011 com 4.505 empregados, representando um crescimento de 2,15% em relação a 2010. O acréscimo observado em 2011, de 95 empregados, deveu-se à diferença entre 216 admissões decorrentes de concurso público e 121 desligamentos.



O índice de rotatividade (turnover) foi de 3,8% no ano, apresentando crescimento de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior. Esse crescimento é decorrente, principalmente, dos ingressos de novos empregados oriundos do processo seletivo público em vigor para atender às necessidades das gerências (novas demandas e reposições de empregados desligados). Já os desligamentos ocorreram, em sua maioria, por interesse do empregado e aposentadoria.

Empregados por Posição Ocupada



Com o objetivo de desenvolver a força de trabalho para que sejam atingidas as orientações e diretrizes definidas no Planejamento Estratégico da Companhia, foram investidos R\$ 9,4 milhões em treinamento e desenvolvimento, beneficiando 3.836 empregados, representando um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. O número total de horas de treinamento chegou a 204.833 horas em 2011.

Aos recém-admitidos, além do processo de ambientação, que apresenta a Companhia e seus principais processos, a BR implantou em 2011 o Programa de Desenvolvimento de Novos Empregados, semelhante ao Curso de Formação da Petrobras. Durante o programa, são fornecidos conhecimentos relacionados ao negócio da BR e à área de atuação do profissional, objetivando assim, acelerar o desenvolvimento desses empregados e reduzir o tempo de adaptação à Companhia.

Além disso, a BR também investiu na formação de gerentes e supervisores, através da continuidade do Programa de Desenvolvimento de Gerentes e Supervisores, trabalhando aspectos relacionados à liderança de pessoas e ao negócio da BR.

Já na estruturação de carreira, foi finalizada a implementação da Carreira em Y (Especialistas), uma forma de reconhecer e reter os empregados que têm um alto nível de conhecimento e não seguiram a carreira gerencial. Adicionalmente, foi remodelada a função supervisão, voltada para áreas operacionais, qualificando líderes que cuidam de equipes nas bases, aeroportos e fábricas.

A Assistência Médica Supletiva (AMS), plano de assistência à saúde dos empregados, aposentados e pensionistas da BR e seus respectivos dependentes, deu cobertura a 18.073 beneficiários em 2011, que contam com uma rede credenciada em torno de 30.000 profissionais, divididos em pessoa física e jurídica em todo Brasil.

A preocupação da BR com a saúde e qualidade de vida de seus empregados e dependentes se expressa também através dos programas desenvolvidos, como o Programa Alimentação Saudável; Campanha de Vacinação Antigripal; Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno – GESTAL; Saúde da Mulher; Programa de Atenção ao Uso, Abuso e Dependência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas; Programa de Preparo para a Aposentadoria (PPA); entre outros.

Visando à manutenção da qualidade de vida dos empregados da BR, a Companhia oferece plano de previdência complementar para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS. O plano, que é administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, oferece aos empregados participantes e seus beneficiários uma série de vantagens, como suplementação da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial e do auxílio-doença, além de suplementação da pensão e pecúlio por morte do participante.

Na gestão de pessoal, a BR utiliza três importantes ferramentas: o Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP), o Gerenciamento de Desempenho de Líder (GDL) e a Pesquisa de Ambiência Organizacional.

O desempenho dos empregados é medido por meio do Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (GDP), com foco nas metas e competências individuais. Já os titulares de função gerencial têm seu desempenho avaliado por meio do Gerenciamento de Desempenho de Líder (GDL), que considera a visão de pares, clientes internos, empregados, além da auto-avaliação e a do gerente imediato.

Anualmente, é realizada a pesquisa de Ambiência Organizacional, que permite à BR conhecer o grau de satisfação de seus empregados, de modo a fornecer informações que facilitem a tomada de decisões e tragam melhorias às práticas e aos processos organizacionais.

A pesquisa realizada em 2011 contou com a participação de 83,4% dos empregados e gerou o Plano Corporativo de Melhorias de Ambiência, além dos planos setoriais. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) e Nível de Comprometimento com a Responsabilidade Social (NCRS) foram de 80% e 87%, respectivamente. O Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 78%, percentual referência para o Sistema Petrobras.

Assim, a BR procura atrair e reter seus empregados, mantendo uma política competitiva de mercado através de iniciativas como a Progressão da Carreira Júnior, elevação dos indicadores de T&D, admissão de novos empregados resultando em uma renovação gradativa do efetivo. Estas medidas têm resultado em uma maior satisfação dos empregados, conforme pode ser percebido nos altos percentuais dos índices NCE e ISE, que são referência para o Sistema Petrobras.

AMBIENTE DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO

Durante o ano de 2011, a economia brasileira experimentou desaceleração frente ao forte crescimento sentido no ano de 2010. O ano começou com boas expectativas, mas a crise na Europa e o aumento das incertezas em relação à economia americana alteraram os rumos da economia mundial, provocando diminuição do ritmo que dava sequência à rápida recuperação ocorrida depois da crise dos mercados financeiros mundiais que afetaram a economia global, de maneira generalizada em meados de 2008 e 2009.

Apesar do cenário de desaceleração econômica apresentado em 2011, o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil manteve altas taxas de crescimento frente ao PIB, favorecido pela expansão da economia brasileira, que foi estimulada pela melhoria das condições de renda e crédito, com reflexo sobre a ampliação de consumidores e diversificação dos hábitos de consumo, com destaque para as ampliações de vendas de veículos e da demanda por passagens aéreas.

Desta forma, foram comercializados 112,2 bilhões de litros de combustíveis no ano de 2011, um aumento de 3,4% frente a 2010. O óleo diesel respondeu por 46,1% desse total, seguido pela gasolina, com 31,4%; o etanol hidratado, com 9,3%; combustíveis de aviação, com 6,4%; óleo combustível, com 3,2%; e GNV, com 1,8%.

O volume total negociado de óleo diesel atingiu 51,7 bilhões de litros, uma alta de 5,1%. Já o volume vendido de gasolina C foi de 35,3 bilhões de litros, 19,2% a mais que em 2010. O crescimento desse mercado para o consumo de gasolina e etanol tem forte respaldo no aumento de renda da população, sobretudo da classe C, e na entrada de cerca de 3,5 milhões de veículos novos por ano. As obras de infraestrutura estimulam também a demanda por diesel.

Distintamente, as vendas de etanol hidratado caíram 28,7% este ano, para 10,4 bilhões de litros. O aumento do preço do etanol nas últimas safras fez migrar o consumo para a gasolina, cenário que poderá se manter nos próximos anos devido às possíveis variações de preços no etanol no período e às incertezas de oferta do produto, o que poderá levar o consumidor a comprar mais ou menos álcool.

A crescente substituição do óleo combustível pelo gás natural em térmicas e no segmento industrial levou a uma queda de 17,5% nas vendas desse produto, que passaram de 4,4 bilhões de litros em 2010 para 3,629 bilhão de litros em 2011.

Finalmente, vale ressaltar o crescimento de 11,3% do mercado de aviação (QAV + GAV), com destaque para o QAV, cujo consumo mensal no Brasil é de cerca de 600.000 m3 por mês. A demanda pelo transporte aéreo doméstico cresceu 15,72%. Em relação ao mercado internacional operado por empresas brasileiras, foi registrado crescimento anual de demanda de 11% em 2011 na comparação com 2010, sendo a nova classe média, a principal responsável pelo crescimento nas vendas de passagens aéreas - que compram suas passagens com antecedência e permanecem por mais tempo nos destinos escolhidos. A expectativa é que a demanda por combustíveis de aviação no Brasil deverá manter a trajetória de alta, impulsionada pela expansão do consumo interno e por eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

DESEMPENHO COMERCIAL

Em 2011, a BR avançou na liderança do mercado brasileiro de combustíveis, finalizando o ano com um market share global de 39,2%, superando em 0,4 p.p. a marca de 2010. O volume comercializado foi 6,1% superior às vendas do ano anterior, totalizando 49,1 milhões m³. Significativo crescimento nas vendas de gasolina (21,1%), combustíveis de aviação (12,6%), óleo diesel (5,3%), gás natural canalizado (36,5%) e coque (32,6%) foram determinantes para o alcance deste resultado.

No segmento de Rede de Postos, a BR alcançou 32% de market share acumulado ao longo do ano, 1 p.p. acima do ano de 2010. A BR chegou ao final de 2011 com 7.485 postos, dos quais 751 próprios, sendo 09 postos escola e 6.734 de terceiros. No segmento Consumidor, que contou com 12.000 clientes atendidos em 2011, o market share alcançado em 2011 foi de 55,4%, o que representa uma queda de 0,7 p.p. em relação à marca do ano anterior. Essa redução é decorrente principalmente da migração de volume de óleo combustível para o gás natural, preponderantemente no mercado das termelétricas.

Importante ressaltar que a BR manteve o patamar de vendas médias acima de 4 bilhões de litros comercializados, barreira ultrapassada pela primeira vez em agosto de 2010, com 4.392 bilhões (ou 4.392 mil ml) em agosto de 2011, estabelecendo um novo recorde histórico de vendas.

Na busca de desenvolvimento contínuo, prezando pela qualidade e excelência no atendimento de seus clientes e num mercado cada vez mais competitivo, em 2011, a BR completou 15 anos do Programa "De Olho no Combustível", com 6.700 postos certificados. O programa foi formatado para que, além de realizar testes em campo na gasolina, no óleo diesel e no etanol hidratado vendidos nos postos Petrobras, os técnicos químicos do programa capacitassem os responsáveis nos postos para que eles mesmos pudessem monitorar a qualidade dos produtos. Hoje, a certificação é pré-requisito para a participação do posto em outras ações da empresa – como adesão ao Plano Integrado de Marketing (PIM), ao Controle Total de Frota (CTF) e ao credenciamento do Cartão Petrobras, comercialização de produtos Podium, etc.

Inovou com a inauguração do Posto do Futuro, um projeto implantado em parceria com um consórcio de sete empresas para oferecer aos clientes o que há de mais moderno em tecnologia e interatividade aplicada aos negócios. Além das soluções *high tech* presentes no atendimento ao cliente e no gerenciamento do negócio, o Posto de Futuro também é um modelo de sustentabilidade ambiental. Nele foram implantadas inovações que permitem maior eficiência energética, com reaproveitamento e economia de recursos naturais e também o uso de energias alternativas. O Posto do Futuro consolida um novo conceito de serviço atrelado às novas tecnologias e à questão ambiental.

Em agosto de 2011, a Cia iniciou a implantação em todo o país da sua própria rede de aquisição – um sistema de captura, processamento e liquidação de transações eletrônicas de pagamentos com cartões – tornando-se responsável pela gestão das taxas e pelas máquinas POS em cerca de 5 mil postos. Além de englobar as transações financeiras, as novas máquinas são fundamentais para ações de marketing, pois capturam informações para o novo programa de fidelidade da rede de postos - o Programa de Fidelidade Petrobras Premia - que iniciará em 2012 e pretende reforçar a parceria com os clientes, valorizando quem adquire produtos e serviços nos postos de combustível, nas lojas BRMania, no Lubrax+ ou no Lubrax Center, no qual, de acordo com o valor do consumo, o cliente acumulará pontos que poderão ser trocados por descontos na compra de produtos e serviços nos Postos Petrobras credenciados ou na loja de comércio eletrônico Premia.

No segmento de aviação foi registrado nada menos que três recordes de volumes de vendas reforçando a posição de liderança nacional, com share de 62,1%, 0,7 p.p. acima do realizado em 2010. Esse resultado se deve também ao aumento do número de vôos oferecidos pelas companhias aéreas regionais, assim como a presença cada vez mais forte da BR no mercado, com a entrada em novos aeroportos, onde atende companhias aéreas nacionais e estrangeiras e clientes de diversos segmentos da aviação civil. Nesse contexto, a BR inaugurou mais três espaços BR Aviation, que consiste em uma sala VIP nos aeroclubes, climatizada, onde os pilotos têm acesso a TV, internet, meteorologia on-line, mapas de navegação e facilidades de comunicação para elaboração de planos e notificações de vôo, nos aeroclubes de Pernambuco, Goiás e Uberlândia. Adicionalmente, foram inaugurados também três BR Aviation Center nos aeroportos de Ilirapina/SP, Maringá/PR e Terravista/BA. O BR Aviation Center é um centro completo de prestação de serviços para os clientes da aviação executiva, com sala VIP, business center, sala de reunião, Internet e TV a cabo. Nele, o piloto dispõe de computadores para efetuar o plano de vôo, além de possuir, em algumas unidades, sala de repouso. Além de abastecimento, a aeronave recebe todos os cuidados necessários como hangaragem, polimento, limpeza interna e externa, GPU e trator. E, finalmente, foi inaugurado no aeroporto de Maringá/PR o primeiro BR Aviation Auto Center, que é um centro de prestação de serviços às frotas automotivas das empresas estabelecidas nos aeroportos, tais como abastecimento, lavagem, lubrificação, borracharia, calibragem, pequenos reparos e manutenção.

Alinhada com os planos de investimentos na infraestrutura nacional, a BR inaugurou o Laboratório Central de Pavimentação BR (LCPBR) – primeiro centro de referência criado por uma distribuidora para o desenvolvimento de pesquisas que levem ao aumento da durabilidade e do desempenho do asfalto utilizado no país. O Laboratório, que conta com uma área de 320 m², está instalado no Parque Tecnológico da Ilha do Fundão, campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para a BR, que já é líder no segmento, esse projeto empreendedor a destaca frente aos concorrentes, mostrando a nossa capacidade de inovação, além de trazer melhorias no atendimento, com mais eficiência e alto padrão.

No segmento de combustíveis sólidos, comercializamos um volume recorde de 2,6 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo (CVP) e reforçamos nossa atuação no negócio através do início das operações da Brasil Carbonos S.A., empresa coligada responsável pela implantação e operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de CVP.

Outro destaque foi a expansão da rede de gás canalizado no Espírito Santo, com início das obras em Linhares e ampliação da capacidade de comercialização em Vitória. Além disso, foi apresentado à sociedade capixaba o Plano de Investimentos em Redes de Distribuição no ES 2011-2015, contemplando projetos nos municípios de Aracruz, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Sooretma e Vila Velha.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita operacional bruta da BR atingiu R\$ 87.412 milhões, o que representa um crescimento de 13,2% sobre o ano anterior. A mesma taxa de crescimento foi observada na receita operacional líquida, que alcançou R\$ 71.243 milhões em 2011, com aumento de 13,1%.

Em 2011 o Lucro Bruto foi de R\$ 5.266 milhões, crescimento de 7,3% em relação aos R\$ 4.906 milhões de 2010.

O lucro operacional apresentou uma redução de 8,0%, chegando a R\$ 1.964 milhões em 2011, em função, principalmente da perda de vendas para as térmicas da Região Norte, decorrente da substituição do óleo combustível pelo gás natural, com um efeito de R\$ 254 milhões no Lucro Bruto, bem como pela redução do resultado financeiro líquido.

Com isso, a margem operacional foi 0,6 p.p. menor em relação ao ano anterior.

O EBITDA alcançou R\$ 1.971 milhões, reduzido em 2,3% comparativamente a 2010. Quanto ao lucro líquido, foi 9,9% inferior ao obtido em 2010, atingindo R\$ 1,27 bilhão no ano.

Continua...



Continuação

**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

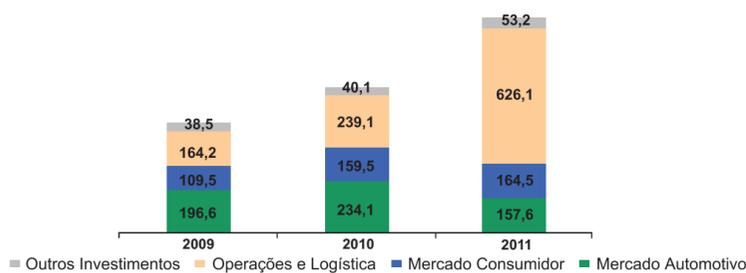
No quadro-resumo abaixo pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2011	2010	%
Receita Operacional Bruta	87.412	77.238	13,2%
Receita Operacional Líquida	71.243	63.008	13,1%
Lucro Bruto	5.266	4.906	7,3%
Margem Bruta	7,4%	7,8%	(0,4 p.p.)
Lucro Operacional	1.964	2.135	(8,0%)
Margem Operacional	2,8%	3,4%	(0,6 p.p.)
EBITDA	1.971	2.018	(2,3%)
Lucro Líquido	1.267	1.406	(9,9%)

INVESTIMENTOS

Em 2011, a Petrobras Distribuidora realizou investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 626,1 milhões em logística e infraestrutura, R\$ 157,6 no segmento automotivo, R\$ 58,2 milhões no setor aeroaviário, R\$ 54,6 milhões no segmento de comercialização de gás e distribuição de energia, R\$ 53,2 milhões em tecnologia da informação e obras em instalações administrativas, R\$ 26,2 milhões no segmento de grandes consumidores, R\$ 17,5 milhões no segmento de produtos químicos e R\$ 8,1 milhões no segmento asfáltico.

Somados, esses investimentos representam uma evolução de 48,9% frente a 2010 e 96,8% frente a 2009.

**Investimentos
R\$ Milhões**

Esse cenário evolutivo é fortemente marcado pela preocupação da Cia com o meio ambiente, o que também motivou uma grande mudança no mercado de combustíveis que ocorre a partir de janeiro de 2012: a entrada em circulação do Diesel S-50 – diesel com teor de enxofre máximo de 50 ppm (partes por milhão) e do Arla 32 (comercializado com o nome Flua) – uma solução redutora de óxidos de nitrogênio em todo o território nacional. Para tanto, ao longo do ano de 2011 a Cia deu continuidade aos investimentos iniciados em 2010 para a adaptação de aproximadamente 800 postos da rede, que foram selecionados priorizando a abrangência nacional, cobrindo as principais estradas e municípios do país. Também foram efetuados investimentos para a adaptação dos terminais e bases da Cia, de forma a adequar a infraestrutura existente à estocagem, envase e distribuição dos produtos.

Para ampliação e melhoria da capacidade logística e operacional, a BR investiu R\$ 415,9 milhões, que foram aplicados em todos os 19 Terminais que a empresa possui, na grande maioria das bases, como também na Fábrica e Depósitos de Lubrificantes. Foram significativos os investimentos realizados na ampliação e melhoria das unidades operacionais, tanto próprias como compartilhadas através de pool, com destaque para as obras do terminal de São Luís/MA, Duque de Caxias/RJ e da base de Guimarães/RN. Também se investiu fortemente na automação dos terminais, de 19 das 34 bases existentes, 2 Pools e 1 CAIS, com destaque para os investimentos realizados no Terminal de Canoas/RS. Além disso, foram adquiridos equipamentos para 24 estabelecimentos em Pool e investiu-se em Segurança e Prevenção de Acidentes para 32 estabelecimentos.

Para aumentar a capacidade de armazenagem da Companhia, a BR está construindo duas novas unidades, as quais entrarão em atividade no ano de 2013. Uma delas fica no Acre - a base de Cruzeiro do Sul, a BASUL e terá capacidade de tancagem de 30 mil m³. Nela estão sendo investidos mais de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 55,4 em 2011. A outra base - a base de Porto Nacional, a BAPON, que é maior obra da BR no país, se localiza em Tocantins e com um investimento de R\$ 230 milhões, dos quais R\$ 81 foram realizados em 2011. A base integrará transporte ferroviário e rodoviário e se conectará com o porto de São Luís. O combustível será distribuído não só em Tocantins, mas também para o oeste da Bahia, sul do Maranhão, nordeste do Mato Grosso e parte do Pará. A BAPON entrará em atividade em 2013, e estima-se que inicie com uma movimentação de 40 mil m³/mês.

Além da construção das novas bases, a BR possui mais dois projetos em andamento. Um deles é a ampliação e modernização da Planta de Lubrificantes, localizada no estado do Rio de Janeiro. O outro é a planta de envase do Arla 32, em Camaçari/BA. A obra na Planta de Lubrificantes exigiu um investimento de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 73,7 realizados em 2011, e tem a conclusão prevista para 2013. Serão construídos um novo prédio administrativo, um armazém vertical e novos tanques. Além disso, o processo produtivo será modernizado. Espera-se um aumento da capacidade de produção de 28 mil m³/mês para 42 mil m³/mês. O outro projeto fica na Bahia, em Camaçari e através dele, a BR implantará a primeira planta de envase do Agente Redutor Líquido Automotivo, o Arla 32. Esse produto será usado nos veículos pesados a diesel fabricados a partir de janeiro de 2012, visando reduzir a poluição, melhorando a qualidade do ar. A planta de Camaçari terá capacidade de produção de até 200 mil m³ de Arla 32 e atenderá prioritariamente o mercado Nordeste.

Também foram efetuados investimentos de infra-estrutura na fábrica de lubrificantes, os quais foram aplicados na melhoria das linhas de envasamento de balde e tambor; no Projeto de energia elétrica (Voip e Instalação de gerador), na ampliação de banheiros, nas obras no novo núcleo assistencial e na recuperação do calçamento. Foi efetuada a instalação do sistema de emergência no CD e a aquisição de equipamentos para modernização das linhas de envase de 3L e 500 ml e de 10 transpaletas elétricas. Adicionalmente, houve construção de cobertura e plataforma para o Depósito de Lubrificantes do terminal de Araucária/PR.

Contribuindo para valorização da marca Petrobras, foram investidos R\$ 157,6 milhões na manutenção e a modernização da Rede de Postos de Serviços. Os recursos foram destinados para reformas, serviços, aquisição e instalação para substituição de equipamentos e adequações de imagens de 687 postos, sendo que 156 postos pertencem à rede de postos próprios, inclusive postos escola e 531 são postos de terceiros.

No atendimento ao Mercado Consumidor, foram aplicados R\$ 164,5 milhões. Esses recursos foram destinados à aquisição e instalação de equipamentos, além da execução de obras de construção e adequação nas unidades dos clientes consumidores, que objetivam o aumento no volume de vendas da companhia, com destaque para as adequações efetuadas em 86 revendas e 15 unidades operacionais de aeroportos, além de obras nas instalações em pool, como as dos aeroportos de Guarulhos, Galeão, Confins e Porto Alegre. Neste segmento investiu-se também na adequação e modernização das Unidades Abastecedoras de Aeronaves (UAA) em operação, na aquisição de 17 Caminhões Tanques Abastecedores, 1 Cavalo Mecânico e 19 chassis de caminhões.

Para o segmento de produtos químicos, foi estruturado um novo depósito de Supply House em Japarutuba/SE e foram adquiridos novos contentores para operações de transporte e embarque de produtos químicos nas unidades marítimas do E&P. Para o segmento asfáltico foram adquiridos módulos de abastecimentos para atendimento a empreendimentos relacionados ao PAC - como a Usina de Belo Monte e FIOL, entre outras obras (Mineroduto, Aterro Sanitários etc).

Deu-se continuidade a diversos projetos já consolidados e em andamento, tais como: o projeto Controle Total de Frotas (CTF); projetos de Geração de Energia, relativos à Climatização e Geração na Ponta e na Rede de Gás Canalizado no Espírito Santo, concedida à Petrobras Distribuidora para distribuição de Gás Natural desde dezembro de 1993. Destaque para os investimentos na rede de distribuição de gás canalizado no estado do Espírito Santo, necessários para a expansão e cumprimento do contrato de concessão.

Ministério de
Minas e Energia**RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

A responsabilidade social e ambiental é um dos três pilares estratégicos da atuação da BR junto com crescimento e rentabilidade, sendo contemplada também em sua missão e valores. Para reforçar seu compromisso com a responsabilidade social, a BR adotou a Política de Responsabilidade Social, que define responsabilidade social como a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social.

Após receber o Selo Pró-Equidade de Gênero em sua primeira participação em 2010, em 2011 a BR aderiu à 4ª edição do Selo concedido pelo Governo Federal, em parceria com a Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Selo é o reconhecimento do esforço feito pela organização na implementação em seu cotidiano de práticas de equidade, constituindo-se num instrumento que evidenciará publicamente o compromisso da empresa com a equidade de gênero e raça na promoção da cidadania e difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho.

Desde 2005, a Companhia é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e mantém, em todos os seus contratos, cláusula que proíbe a utilização de trabalho degradante e infantil, além de não realizar comercialização com empresas integrantes do cadastro de empregadores autuados por exploração do trabalho escravo divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. É uma "Empresa Amiga da Criança", segundo a Fundação Abrinq, pelos compromissos assumidos em prol da infância e adolescência.

Algumas das principais iniciativas de responsabilidade social são os projetos Cidadão Capaz - adaptação de postos Petrobras para dar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência - que encerrou 2011 com 16 postos adaptados e 30 trabalhadores com deficiência empregados; Posto-Escola - qualificação para profissionais de lubrificação, promotores de lojas de conveniência e profissionais de abastecimento - em 09 postos de serviço; Dançando para não Dançar - ensino de balé para crianças e jovens de comunidade do Rio de Janeiro - onde atualmente, são atendidas 840 crianças e jovens de 13 comunidades e os investimentos nos Fundos para a Infância e Adolescência, que, desde 2003, já disponibilizou mais de R\$ 14 milhões para políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes socialmente excluídos beneficiando um total de 69 projetos, sendo 18 deles em 2011.

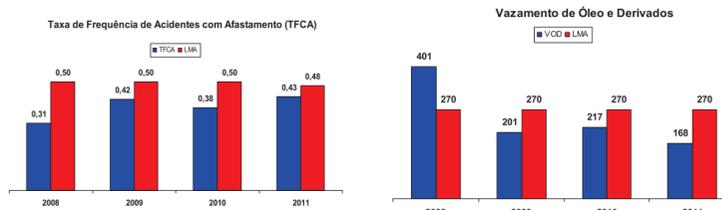
Além dos projetos acima, a BR investe no desenvolvimento sustentável das comunidades em suas áreas de influência por meio do Programa Petrobras Agenda 21. O programa apóia a criação de fóruns comunitários, baseados em um diálogo permanente entre diversos atores sociais, estimulando o exercício da cidadania.

A capilaridade alcançada pela BR garante o sucesso da promoção da campanha de apoio e divulgação do "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças" e da campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", esta última em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Como princípio básico, todas as ações da BR são norteadas pela sua política em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Essas práticas têm sido respaldadas em volumes crescentes de investimento que, em 2011, atingiram R\$ 48,6 milhões, 39,3% acima do realizado em 2010, com ênfase nas instalações operacionais, além dos clientes consumidores e dos postos de serviço.

A política de SMS adotada pela BR visa, além do permanente atendimento à legislação, a realização das melhores práticas do mercado de distribuição, sempre em alinhamento com a excelência em SMS do Sistema Petrobras e buscando a melhoria contínua dos indicadores de desempenho nesta área. O Programa de Gestão em SMS visa consolidar a implementação da quinze diretrizes corporativas de segurança, meio ambiente e saúde através de ações específicas para cada área da Companhia.

Os principais indicadores de SMS alcançaram resultados satisfatórios em 2011, mantendo-se dentro de seus respectivos Limites Máximos Admissíveis (LMAs), conforme abaixo.



Na busca pela excelência em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a BR estabeleceu como uma de suas metas a certificação de suas unidades de acordo com normas internacionais de gestão de SMS. Assim, ao final de 2011, a BR possuía 31 unidades certificadas na norma NBR ISO 14001:2004 - Gestão do Meio Ambiente e 28 unidades certificadas na norma OHSAS 18001:2007 - Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional. Essas certificações fazem parte do modelo de certificação única, sendo as auditorias externas realizadas pela certificadora Bureau Veritas Certification (BVC). Vale ressaltar que este modelo engloba ainda 32 unidades certificadas pela norma NBR ISO 9001:2008 - Gestão da Qualidade.

UNIDADE CERTIFICADA**ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO****TERMINAIS (13 sites)**

TEFOR, TEVEL, TEPLAN, TEMAN, TEBRAS, TELIS, TEVIT, TEMAT, TESP, TEBET, TELEM, TEAPE, TEGON

BASES (5 sites)

BAJAI, BAJOI, BAFLO, BAJUI, BAUNA

NBR ISO 14001:2004
OHSAS 18001:2007
NBR ISO 9001:2008**POSTOS ESCOLA (3 sites)**

Salvador, Vitória, Contagem

AEROPORTOS (4 sites)

GASP, GARIO, GASAL, GABRA

TERMINAIS (3 sites)

TENOAS, TECUB, TEDUC

NBR ISO 14001:2004
NBR ISO 9001:2008**POSTOS ESCOLA (1 site)**

Natal

POSTOS ESCOLA (1 site)

Maracanã

OHSAS 18001:2007
NBR ISO 9001:2008

Na auditoria é verificado se atendemos os requisitos exigidos pelas normas citadas acima, se seguimos os procedimentos da BR, se a legislação aplicável a nível nacional, estadual e municipal está sendo cumprida e se os registros previstos estão sendo gerados e controlados.

Vale destacar que além das unidades mencionadas acima, são certificadas nas normas NBR ISO 14001:2004, OHSAS 18001:2007 e NBR ISO 9001:2008, sem fazer parte do modelo de certificação única, o TEVAP (Terminal do Vale do Paraíba) e a GEI (Gerência Industrial), perfazendo um total de 32 Unidades certificadas em toda a BR.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, aproveitamos a oportunidade para registrar nossos agradecimentos aos nossos empregados e demais colaboradores, pelo comprometimento e dedicação. Aos nossos Revendedores, Clientes e Fornecedores agradecemos pelo apoio e confiança dispensados.

Continua...



Continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**
CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras**Balço patrimonial**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	803	802	456	641	Financiamentos	14	225	8	202	-
Contas a receber, líquidas	6	5.257	4.485	5.029	4.280	Arrendamentos mercantis financeiros	15	32	31	32	30
Dividendos a receber		1	-	26	15	Fornecedores		3.187	2.400	3.091	2.272
Estoques	8	2.007	1.673	1.967	1.635	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	7.2	2.253	1.539	2.230	1.508
Impostos e contribuições a recuperar	20.1	815	783	734	733	Outros		934	861	861	764
Despesas antecipadas		34	46	30	42	Operações de mútuo com a Controladora	7.2	102	101	102	101
Adiantamento a fornecedores		263	181	263	177	Impostos e contribuições a recolher	20.2	284	418	261	390
Outros ativos circulantes		56	58	44	52	Dividendos propostos	22.4	301	334	301	334
		9.236	8.028	8.549	7.575	Plano de pensão	21	32	43	32	42
						Plano de saúde	21	39	37	32	30
						Salários, férias e encargos		176	151	146	123
						Provisão para processos judiciais	23	40	30	39	29
						Adiantamento de clientes		209	173	195	160
						Participação de empregados e administradores	21.5	100	106	100	103
						Outras contas e despesas a pagar		216	179	176	172
								4.943	4.011	4.709	3.786
Não circulante						Não Circulante					
Realizável a longo prazo						Financiamentos	14	524	19	-	-
Contas a receber, líquidas	6	1.083	919	1.055	888	Arrendamentos mercantis financeiros	15	141	151	141	151
Títulos e valores mobiliários	9	259	239	259	239	Outras operações com Empresas do Sistema	7.2	2	14	2	14
Depósitos judiciais	10	359	329	317	289	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.3	164	128	117	98
Despesas antecipadas		162	132	162	132	Plano de pensão	21	183	151	181	149
Impostos e contribuições a recuperar	20.1	78	7	76	6	Plano de saúde	21	750	663	695	612
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	524	465	483	415	Provisão para processos judiciais	23	106	171	94	115
Outros ativos realizáveis a longo prazo		7	36	-	33	Outras contas e despesas a pagar		130	50	126	50
		2.472	2.127	2.352	2.002			2.000	1.347	1.356	1.189
Investimentos	11	84	73	918	885	Patrimônio líquido					
Imobilizado	12	4.714	4.006	3.820	3.402	Capital social realizado		5.153	5.153	5.153	5.153
Intangível	13	531	374	520	361	Reservas de capital		54	54	54	54
		5.329	4.453	5.258	4.648	Reservas de lucros		4.860	4.020	4.860	4.020
		17.037	14.608	16.159	14.225	Ajuste de avaliação patrimonial		27	23	27	23
								10.094	9.250	10.094	9.250
								17.037	14.608	16.159	14.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

Receita	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Receita		74.353	66.059	71.243	63.008
Custo dos produtos e serviços vendidos		(68.230)	(60.282)	(65.977)	(58.102)
Lucro bruto		6.123	5.777	5.266	4.906
Receitas de construção da infraestrutura		38	33	38	33
Custos da construção da infraestrutura	13.3	(38)	(33)	(38)	(33)
Lucro bruto após construção da infraestrutura		6.123	5.777	5.266	4.906
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas		(3.343)	(2.868)	(2.754)	(2.333)
Gerais e administrativas		(715)	(642)	(558)	(508)
Tributárias		(44)	(31)	(37)	(22)
Planos de pensão e saúde	21	(99)	(84)	(91)	(77)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(37)	(106)	(34)	(110)
		(4.238)	(3.731)	(3.474)	(3.050)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, participações em investimentos e impostos		1.885	2.046	1.792	1.856
Financeiras	18				
Despesas		(108)	(116)	(104)	(111)
Receitas		349	424	296	379
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(15)	(34)	(22)	(25)
		226	274	170	243
Participações em subsidiárias e coligadas					
Resultado de participações em investimentos		9	10	102	139
Participações dos empregados e administradores	21.5	(118)	(120)	(100)	(103)
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores		2.002	2.210	1.964	2.135
Contribuição social	20.5	(199)	(216)	(188)	(196)
Imposto de renda	20.5	(536)	(587)	(509)	(533)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		1.267	1.407	1.267	1.406
Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações do capital social - R\$			29,58		32,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores		1.267	1.407	1.267	1.406
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda	7		14	7	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2)	(5)	(2)	(5)
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador		1.272	1.416	1.272	1.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa
Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

Atividade operacional	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Atividade operacional					
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		1.267	1.407	1.267	1.406
Ajustes:					
Resultado de participações em investimentos relevantes		(10)	(10)	(107)	(151)
Amortização de ágio		1	-	5	12
Depreciação e amortização		364	339	302	283
Amortização de financiamentos condicionais		199	147	199	147
Valor residual de bens baixados de natureza permanente		30	27	22	22
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações		25	31	52	39
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos		(25)	11	(51)	(3)
Outros ajustes		93	(149)	112	68
Aumento / Redução de ativos e passivos					
Aumento das contas a receber		(1.567)	(430)	(1.553)	(438)
Aumento dos estoques		(335)	(327)	(332)	(323)
Aumento de outros ativos		(117)	(203)	(93)	(193)
Aumento de fornecedores		48	111	65	76
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores		(83)	16	(87)	15
Redução de impostos, taxas e contribuições		(226)	(94)	(205)	(92)
Aumento dos planos de pensão e de saúde		111	84	106	80
Aumento de outros passivos		111	235	84	22
Operações com empresas do sistema					
Redução (aumento) de contas a receber		352	(80)	352	(80)
Aumento das contas a pagar		686	313	701	290
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		924	1.428	839	1.180
Atividades de investimentos					
Investimentos em gás e energia		(42)	(39)	(42)	(39)
Investimentos em distribuição		(1.064)	(809)	(724)	(634)
Outros investimentos		(7)	(49)	(6)	(47)
Dividendos recebidos		3	11	74	60
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos		(1.110)	(886)	(698)	(660)
Atividades de financiamentos					
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos					
Captações		716	5	187	-
Amortizações de principal		(19)	(5)	-	-
Amortizações de juros		(5)	(2)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados		8	-	-	-
Dividendos pagos a acionistas		(480)	(573)	(480)	(573)
Outras operações de financiamentos		(33)	(32)	(33)	(31)
Recursos líquidos (aplicados) gerados nas atividades de financiamentos		187	(607)	(326)	(604)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		1	(65)	(185)	(84)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		802	867	641	725
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		803	802	456	641
Informações adicionais aos fluxos de caixa:					
Valores pagos e recebidos durante o exercício					
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado		4	2	-	-
Imposto de renda e contribuição social		754	1.263	730	1.216
Imposto de renda retido na fonte de terceiros		45	49	44	47
		803	1.314	774	1.263
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa					
Aquisição de imobilizado a prazo		17	53	-	-
		17	53	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Continua...

Continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.
CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado									
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros			Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros					
Em 1º de janeiro de 2010	5.153	54	416	142	2.390	208	-	13	8.376	
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	10	10	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.407	-	1.407	
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	70	26	850	-	(946)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(208)	(335)	-	(543)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	126	(126)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2010	5.153	54	486	168	3.240	126	-	23	9.250	
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	4	4	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.267	-	1.267	
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	63	26	638	-	(727)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(126)	(301)	-	(427)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	239	(239)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2011	5.153	54	486	168	3.240	126	-	27	10.094	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora									
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros			Dividendo Adicional Proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros					
Em 1º de janeiro de 2010	5.153	54	416	142	2.391	208	-	13	8.377	
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	10	10	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.406	-	1.406	
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	70	26	849	-	(945)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(208)	(335)	-	(543)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	126	(126)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2010	5.153	54	486	168	3.240	126	-	23	9.250	
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	4	4	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.267	-	1.267	
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	63	26	638	-	(727)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	(126)	(301)	-	(427)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	239	(239)	-	-	
Em 31 de dezembro de 2011	5.153	54	486	168	3.240	126	-	27	10.094	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	91.204	80.961	87.547	77.365
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(101)	(4)	(108)	(15)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	590	402	536	367
	91.693	81.359	87.975	77.717
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	68	47	-	-
Custo das mercadorias para revenda	68.164	60.222	65.915	58.045
Energia, serviços de terceiros e outros	2.986	2.829	2.610	2.489
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	4.069	3.747	3.761	3.455
	75.287	66.845	72.286	63.989
Valor adicionado bruto	16.406	14.514	15.689	13.728
Retenções				
Depreciação e amortização	364	339	302	283
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	16.042	14.175	15.387	13.445
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	10	10	107	151
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	403	437	331	399
Amortização de mais valia	(1)	-	(5)	(12)
Aluguéis e royalties	186	175	186	172
	598	622	619	710
Valor adicionado a distribuir	16.640	14.797	16.006	14.155

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração Direta				
Salários	798 4,8%	709 4,8%	615 3,8%	543 3,9%
Participações dos empregados e administradores nos lucros	118 0,7%	120 0,8%	100 0,6%	103 0,7%
Benefícios				
Vantagens	105 0,6%	93 0,6%	67 0,4%	60 0,4%
Plano de aposentadoria e pensão	94 0,6%	76 0,5%	90 0,6%	74 0,5%
Plano de saúde	163 1,0%	134 0,9%	139 0,9%	112 0,8%
FGTS	61 0,4%	52 0,4%	46 0,3%	40 0,3%
	1.339 8,1%	1.184 8,0%	1.057 6,6%	932 6,6%
Tributos				
Impostos, taxas e contribuições	13.620 81,9%	11.964 80,8%	13.345 83,4%	11.623 82,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25) (0,2%)	11 0,1%	(51) (0,3%)	(3) (0,0%)
	13.595 81,7%	11.975 80,9%	13.294 83,1%	11.620 82,1%
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	179 1,1%	163 1,1%	162 1,0%	156 1,1%
Despesas de alugueis	260 1,5%	69 0,5%	226 1,4%	41 0,3%
	439 2,6%	232 1,6%	388 2,4%	197 1,4%
Acionistas				
Dividendos	301 1,8%	334 2,3%	301 1,9%	334 2,3%
Lucros retidos	966 5,8%	1.072 7,2%	966 6,0%	1.072 7,6%
	1.267 7,6%	1.406 9,5%	1.267 7,9%	1.406 9,9%
Valor adicionado distribuído	16.640 100,0%	14.797 100,0%	16.006 100,0%	14.155 100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Continua...



Continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**
CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras**Notas explicativas às demonstrações contábeis (Consolidadas e da Controladora)**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhões de reais)**1 Contexto operacional**

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis**2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis da controladora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 3.4.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2012, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo;
- os arrendamentos mercantis financeiros, pelo valor justo; e
- o passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

3 Base de Consolidação

Em 2011, a Companhia passou a reconhecer nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em empresas controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme alternativa prevista no parágrafo 38 do IAS 31, que foi incorporada em agosto de 2011 na revisão do CPC 19, aprovado pela Deliberação CVM 666/11. Anteriormente, esses investimentos eram consolidados linha a linha nos ativos, passivos, receitas e despesas proporcionalmente a participação.

Essa alteração foi aplicada retroativamente a 1º de janeiro de 2010, produzindo ajustes no exercício de 31 de dezembro de 2010, sem impactos no patrimônio líquido e lucro líquido, conforme a seguir:

3.1 Balanço patrimonial consolidado

	01/01/2010			2010		
	Divulgado 2009 (*)	Efeito da consolidação proporcional	Saldo inicial ajustado 01/01/2010	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Ajustado
Ativo Circulante	7.181	1	7.182	8.044	(16)	8.028
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.069	(1)	2.068	2.119	8	2.127
Investimentos	25	2	27	16	57	73
Imobilizado	3.506	(2)	3.504	4.066	(60)	4.006
Intangível	349	-	349	374	-	374
	13.130	-	13.130	14.619	(11)	14.608
Passivo Circulante	3.507	2	3.509	4.018	(7)	4.011
Passivo não circulante	1.247	(2)	1.245	1.351	(4)	1.347
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	8.376	-	8.376	9.250	-	9.250
	13.130	-	13.130	14.619	(11)	14.608

3.2 Demonstração do resultado consolidado

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Ajustado
Receita	66.067	(8)	66.059
Custo dos produtos e serviços vendidos	(60.285)	3	(60.282)
Lucro bruto	5.782	(5)	5.777
Receitas (despesas) operacionais	(3.727)	(4)	(3.731)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos	2.055	(9)	2.046
Resultado financeiro líquido	274	-	274
Resultado de participações em investimentos	3	7	10
Participação de empregados e administradores	(120)	-	(120)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.212	(2)	2.210
Contribuição social e imposto de renda	(805)	2	(803)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.407	-	1.407

3.3 Demonstração dos fluxos de caixa

	2010		
	Divulgado	Efeito da consolidação proporcional	Ajustado
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.444	(16)	1.428
Caixa utilizado em atividades de investimentos	(882)	(4)	(886)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(610)	3	(607)
Varição líquida do caixa do exercício	(48)	(17)	(65)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	867	-	867
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	819	(17)	802

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis internacionais e brasileiras e são compostas pelas demonstrações contábeis da Petrobras Distribuidora S.A. e suas subsidiárias, apresentadas como se segue:

	Participação no capital - %			
	2011		2010	
Subsidiárias e controladas	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
	Liquigás Distribuidora S.A.	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00	100,00	100,00

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

Nas demonstrações contábeis da controladora as informações contábeis de controladas, assim como das controladas em conjunto e das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.4 Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do Consolidado com o da controladora

	R\$ milhões			
	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Consolidado - IFRS	10.094	9.250	1.267	1.407
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Atribuível aos acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.	10.094	9.250	1.267	1.407
Ativo diferido	-	-	-	(2)
Impostos diferidos	-	-	-	1
Controladora, ajustado aos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC	10.094	9.250	1.267	1.406

As demonstrações consolidadas apresentadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. A única diferença para os IFRS refere-se ao tratamento contábil do ativo diferido até 31 de dezembro de 2009 - o qual foi totalmente amortizado pela Companhia em 2010. Nas demonstrações consolidadas de 2009, a despesa de amortização do ativo diferido foi eliminada do resultado do exercício contra lucros acumulados.

4 Sumário das principais políticas contábeis**4.1 Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia, assim como a de suas controladas, é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

4.2 Operações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e julgamentos e adote premissas com relação à apresentação de ativos, passivos, receitas, despesas e as divulgações de passivos contingentes na data de encerramento do exercício.

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4.4 Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

4.5 Receitas de vendas de produtos e serviços prestados

A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das informações contábeis.

4.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Continua...



Continuação



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia

4.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.8 Ajuste a valor presente (AVP)

A Companhia não identificou efeitos relevantes sobre estes itens nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Consequentemente, nenhum ajuste a valor presente foi registrado.

4.9 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas, derivados de petróleo e etanol estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de compra e o valor realizável líquido;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede o de reposição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

São incluídos os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

4.10 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda em vez do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda na sua condição atual. A partir de então, os ativos são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

4.11 Investimentos

Na controladora são avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, nos quais a Administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações contábeis individuais como nas demonstrações consolidadas. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma coligada ou controlada em conjunto excede a sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

4.12 Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado, quando relevantes.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos desde que haja indícios de alteração nas taxas praticadas e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

4.13 Intangíveis

A Companhia apresenta em seu ativo intangível os gastos com direitos de concessões, bônus de fidelização de clientes, ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e softwares, deduzidos da amortização acumulada, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando tem um direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infra-estrutura até o final do período da concessão.

Os bônus de fidelização de clientes são registrados no intangível da Companhia quando são assinados contratos de exclusividade com clientes em que o fornecimento de produtos está assegurado por período superior a um ano. A realização desses intangíveis ocorre pelo prazo do contrato.

O ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, conforme nota 13. O valor apurado na mensuração inicial é deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicáveis.

Softwares e outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso,

já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.14 Redução ao valor recuperável - "Impairment"

Imobilizado e intangível

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que tem uma vida útil indefinida e foi apurado na aquisição da Liquigás, tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável do ágio na aquisição da Liquigás, o valor contábil da unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Ativo financeiro

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há alguma indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

4.15 Arrendamentos mercantis financeiros

No reconhecimento inicial, a Companhia registra em seu ativo imobilizado, pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle destes bens, assim como sua obrigação correlata. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4.16 Arrendamentos mercantis operacionais

Pagamentos efetuados sob um contrato sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens são reconhecidos como despesas no resultado, pelo prazo do contrato.

4.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteção patrimonial, com o objetivo de reduzir o risco de ocorrência de variações desfavoráveis decorrentes de oscilações na cotação de moedas estrangeiras. Tais instrumentos são marcados a mercado com os ganhos ou perdas reconhecidos como receita ou despesa financeira, e reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, ao valor justo.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.18 Ativos financeiros não derivativos

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em valores recuperáveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Correspondem aos investimentos da Companhia em títulos e valores mobiliários.

Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, exceto reduções em valores recuperáveis, são registradas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Para a avaliação a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda são utilizados preços e índices divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

4.19 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

4.20 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

Continua...





Continuação

**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corridor.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

4.21 Receitas e despesas financeiras, monetárias e cambiais

As receitas financeiras e de variação monetária abrangem receitas de financiamentos a clientes, recebimentos em atraso, juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de *hedge*.

As despesas financeiras e de variação monetária abrangem despesas com juros e atualizações monetárias sobre empréstimos, juros e atualização monetária em operações com a Petrobras e perdas nos instrumentos de *hedge*.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida e abrangem os ganhos e perdas em vendas para clientes no exterior.

4.22 Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se aplicável, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.23 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos circulantes e não circulantes da Companhia estão representados por despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores e outros créditos.

Outros passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis. Os outros passivos da Companhia estão representados por salários, encargos trabalhistas, receita diferida e outras contas a pagar.

4.24 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas.

Os segmentos operacionais da Companhia são representados pelas atividades de distribuição de combustível e derivados de petróleo e gás e energia.

O segmento de distribuição representa cerca de 99% da receita líquida do Consolidado e 98% dos ativos imobilizados. Os demais segmentos são divulgáveis, portanto, a Companhia não apresenta informações por segmento.

4.25 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.26 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, conforme a seguir:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciais em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (<i>Fair Value Measurement</i>). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (<i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i>). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (<i>Employee Benefits</i>). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corridor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (<i>Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i>). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (<i>Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures</i>). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

Ministério de Minas e Energia

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	470	352	456	339
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento:				
Fundo em direitos creditórios - FIDC-NP	79	450	-	302
Fundos DI	254	-	-	-
Total das aplicações financeiras	333	450	-	302
Total de caixa e equivalentes de caixa	803	802	456	641

Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, pela variação do CDI, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira da caixa da Petrobras e suas subsidiárias.

6 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Cientes				
Terceiros	2.528	2.332	2.255	2.071
Financiamentos a receber	1.448	1.409	1.448	1.409
Financiamentos ressarcíveis	816	955	816	955
Financiamentos condicionais	632	454	632	454
Partes relacionadas	2.373	1.628	2.373	1.629
Cobranças judiciais	1.187	1.130	1.187	1.130
Total das contas a receber	7.536	6.499	7.263	6.239
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.196)	(1.095)	(1.179)	(1.071)
Contas a receber - líquidas	6.340	5.404	6.084	5.168
Contas a receber (circulante), líquidas	5.257	4.485	5.029	4.280
Contas a receber (não circulante), líquidas	1.083	919	1.055	888

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo em 1º de janeiro	(1.095)	(1.092)	(1.071)	(1.056)
Adições	(182)	(103)	(180)	(100)
Baixas	81	100	72	85
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	(1.196)	(1.095)	(1.179)	(1.071)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.196)	(1.095)	(1.179)	(1.071)

Os financiamentos ressarcíveis a receber (controladora), no montante de R\$816 (R\$955 em 2010), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGPM ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

Os financiamentos condicionais (controladora), no montante de R\$632 (R\$454 em 2010), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$199 (R\$147 em 2010) no Consolidado e na controladora.

Em 31 de dezembro de 2011 as contas a receber de clientes vencidas totalizam R\$1.819 (R\$1.883 na controladora) das quais R\$1.196 (R\$1.179 na controladora) encontram-se provisionadas para perdas no valor recuperável.

	Consolidado		
	Sem Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	Com Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Saldo de contas a receber
Contas a Receber			
Partes relacionadas	2.373	-	2.373
A Vencer	3.344	-	3.344
Até 3 Meses	436	-	436
De 3 a 6 Meses	98	-	98
De 6 a 12 Meses	58	12	70
Acima de 12 Meses	31	1.184	1.215
Total	6.340	1.196	7.536

	Controladora		
	Sem Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	Com Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Saldo de contas a receber
Contas a Receber			
Partes relacionadas	2.373	-	2.373
A Vencer	3.007	-	3.007
Até 3 Meses	415	-	415
De 3 a 6 Meses	97	-	97
De 6 a 12 Meses	57	11	68
Acima de 12 Meses	135	1.168	1.303
Total	6.084	1.179	7.263

7 Partes relacionadas

As operações comerciais com as partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações demonstradas a seguir:

7.1 Ativo

	Consolidado				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total do Ativo
	Contas a receber, principalmente por vendas	Outras operações	Outras operações		
Empresas do setor elétrico	2.129	-	-	2.129	
Petrobras	194	-	-	194	
MSGAS	13	-	2	15	
TERPAR	4	-	-	4	
Braskem	7	-	-	7	
CDGN	-	3	5	8	
Outras	26	-	-	26	
31/12/2011	2.373	3	7	2.383	
31/12/2010	1.628	3	7	1.638	

	Controladora				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total do Ativo
	Contas a receber, principalmente por vendas	Outras operações	Outras operações		
Empresas do setor elétrico	2.129	-	-	2.129	
Petrobras	194	-	-	194	
MSGAS	13	-	2	15	
TERPAR	4	-	-	4	
Braskem	7	-	-	7	
CDGN	-	3	5	8	
Outras	26	-	-	26	
31/12/2011	2.373	3	7	2.383	
31/12/2010	1.629	3	7	1.639	

Continua...



Continuação

**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

7.2 Passivo

	Consolidado				
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total do passivo
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Contas a pagar por operações de mútuo	
Petrobras	2.253	301	102	2	2.658
REFAP	52	-	-	-	52
Outras	41	-	-	1	42
31/12/2011	2.346	301	102	3	2.752
31/12/2010	1.649	334	101	15	2.099

	Controladora				
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total do passivo
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Contas a pagar por operações de mútuo	
Petrobras	2.230	301	102	2	2.635
REFAP	51	-	-	-	51
Outras	43	-	-	-	43
31/12/2011	2.324	301	102	2	2.729
31/12/2010	1.614	334	101	14	2.063

7.3 Resultado

	Consolidado			
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambias, líquidas	Total do Resultado
Empresas do setor elétrico	98	-	-	98
Petrobras	1.107	(18)	(24)	1.065
Braskem	74	-	-	74
MSGAS	-	2	-	2
Guarani S.A.	29	-	-	29
Transpetro	27	-	-	27
Terpar	26	-	-	26
Outras	76	-	-	76
31/12/2011	1.437	(16)	(24)	1.397
31/12/2010	1.553	(37)	(24)	1.492

	Controladora			
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambias, líquidas	Total do Resultado
Empresas do setor elétrico	98	-	-	98
Petrobras	1.103	(18)	(24)	1.061
Braskem	74	-	-	74
MSGAS	-	2	-	2
Guarani S.A.	29	-	-	29
Transpetro	27	-	-	27
Terpar	26	-	-	26
Outras	79	-	4	83
31/12/2011	1.436	(16)	(20)	1.400
31/12/2010	1.823	(36)	(17)	1.770

7.4 Recebíveis do setor elétrico

A Companhia possui recebíveis de empresas do setor elétrico relacionados ao fornecimento de combustíveis a usinas de geração termoeletrica.

Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível - CCC - Sistemas Isolados, cujo gerenciamento é da Eletrobras. A receita da CCC é proveniente do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia, autorizada pelo Conselho de Administração da Controladora, transferiu à Petrobras, por endosso, até o mês de março de 2011, os títulos relativos ao fornecimento de produtos para diversas empresas de geração termoeletrica, ocasião em que a sistemática foi descontinuada. O montante dos títulos endossados em 31 de março de 2011 era de R\$ 2.213.

Com o fim da sistemática de endosso dos títulos emitidos pela Companhia contra as termoeletricas, o total dos recebíveis em 31 de dezembro de 2011 atingiu, a valor histórico, o montante de R\$ 2.129, dos quais R\$ 1.646 estavam vencidos.

O inadimplemento das termoeletricas acarretou significativa e substancial redução nos recursos financeiros disponíveis da Companhia (aproximadamente R\$ 1,1 bilhão) que, para suprir as necessidades operacionais, vem se utilizando do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC corporativo.

Com o objetivo de propiciar o recebimento dos valores em aberto, a Companhia vem empreendendo ações de cobrança destes créditos de forma sistemática, através de notificações extrajudiciais às empresas do setor elétrico que possuem débitos, além do envio de correspondências emitidas pelas Diretorias e pela Presidência reforçando os procedimentos de cobrança adotados.

Além das correspondências expedidas, a alta direção da Companhia e da Petrobras têm se reunido com representantes da Eletrobras, ANEEL e do Ministério de Minas e Energia (MME), visando encontrar alternativas para solução do inadimplemento daquelas empresas.

Com base nas ações de cobrança em andamento, a Administração da Companhia não espera perda sobre os valores a receber e, portanto, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada.

7.5 Transações com entidades governamentais e fundos de pensão

A Companhia é subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, empresa controlada pelo Governo Federal, e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado					
	2011		2010			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coligadas	13	32	126	8	3	112
Braskem	7	-	74	6	-	69
Outras Empresas Coligadas	6	32	52	2	3	43
Controladas em conjunto	97	8	74	131	15	149
Entidades governamentais e fundos de pensão	2.414	257	3.957	1.322	184	676
Títulos Governamentais	240	-	11	220	-	9
Banco do Brasil S.A.	294	-	6	318	-	-
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	17	-	1	15	-	1
Setor Elétrico	1.853	-	3.943	756	-	670
BNDES	7	84	(4)	3	28	(3)
Outros	3	173	-	10	156	(1)
	2.524	297	4.157	1.461	202	937
Circulante	2.255	226	-	1.207	182	-
Não circulante	269	71	-	254	20	-
Demonstração do Resultado	-	-	4.157	-	-	937

Ministério de Minas e Energia



	Consolidado					
	2011		2010			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ativo Circulante	2.255	-	-	1.207	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	294	-	-	318	-	-
Contas a Receber, líquidas	1.961	-	-	889	-	-
Não Circulante	269	-	-	254	-	-
Títulos e valores mobiliários	240	-	-	220	-	-
Depósitos judiciais	17	-	-	15	-	-
Outros ativos	12	-	-	19	-	-
Passivo Circulante	-	226	-	-	182	-
Financiamentos	-	14	-	-	8	-
Outros passivos circulantes	-	212	-	-	174	-
Passivo Não Circulante	-	71	-	-	20	-
Financiamentos	-	70	-	-	19	-
Outros passivos não circulantes	-	1	-	-	1	-
Demonstração do Resultado	-	-	4.157	-	-	937
Receita Operacional Líquida	-	-	4.146	-	-	934
Receitas e Despesas Operacionais	-	-	(6)	-	-	(7)
Resultado Financeiro Líquido	-	-	17	-	-	10
	2.524	297	4.157	1.461	202	937

	Controladora					
	2011		2010			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coligadas	13	30	127	8	2	117
Braskem	7	-	74	6	-	69
Quattor	-	-	-	-	-	-
Outras Empresas Coligadas	6	30	53	2	2	48
Controladas em conjunto	97	8	81	132	14	158
Entidades governamentais e fundos de pensão	2.387	173	3.954	1.157	157	680
Títulos Governamentais	240	-	11	220	-	10
Banco do Brasil S.A.	294	-	-	181	-	-
Setor Elétrico	1.853	-	3.943	756	-	670
Outros	-	173	-	-	157	-
	2.497	211	4.162	1.297	173	955
Circulante	2.255	211	-	1.062	173	-
Não circulante	242	-	-	235	-	-
Demonstração do resultado	-	-	4.162	-	-	955

	Controladora					
	2011		2010			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ativo Circulante	2.255	-	-	1.062	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	294	-	-	181	-	-
Contas a receber, líquidas	1.961	-	-	881	-	-
Não Circulante	242	-	-	235	-	-
Títulos e valores mobiliários	240	-	-	220	-	-
Outros ativos	2	-	-	15	-	-
Passivo Circulante	-	211	-	-	173	-
Outros passivos circulantes	-	211	-	-	173	-
Demonstração do Resultado	-	-	4.162	-	-	955
Receita Operacional Bruta	-	-	4.148	-	-	942
Resultado Financeiro Líquido	-	-	14	-	-	13
	2.497	211	4.162	1.297	173	955

7.6 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras	79	450	-	302
Encargos financeiros a apropriar	5	-	5	-
Cessões de direitos performados	(1.147)	-	(1.147)	-
Total classificado no ativo circulante	(1.063)	450	(1.142)	302
Cessões de direitos não performados	(8)	-	-	-
Total classificado no passivo circulante	(8)	-	-	-
Receita financeira FIDC-NP	66	81	56	67
Despesa financeira FIDC-NP	(17)	-	(17)	-
Resultado financeiro	49	81	39	67

7.7 Remuneração de dirigentes e empregados (em Reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2011, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, em reais, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$27.495,19 e R\$2.176,86 (R\$21.549,29 e R\$1.919,59 em 2010), respectivamente, enquanto a remuneração média no exercício de 2011 foi de R\$8.223,07 (R\$6.444,92 em 2010). No consolidado, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes no mesmo período foram de R\$33.197,23 e R\$1.083,91 (R\$21.549,29 e R\$1.919,59 em 2010), respectivamente, enquanto a remuneração média no exercício de 2011 foi de R\$8.223,07 (R\$6.444,92 em 2010).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2011, em reais, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$77.418,14 (R\$66.227,65 em 2010) na controladora e a R\$77.418,14 (R\$66.227,65 em 2010) no Consolidado.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2011 foi de R\$6.646.003,30 (R\$5.634.609,61 em 2010) na controladora e de R\$ 14.379.718,03 (R\$ 13.055.609,61 em 2010) no Consolidado.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Produtos para venda	1.608	1.486	1.570	1.450
Derivados de petróleo	339	149	339	149
Etanol	1.947	1.635	1.909	1.599
Materiais e suprimentos para manutenção	60	38	58	36
Total	2.007	1.673	1.967	1.635

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2011 é de R\$325 (R\$330 em 2010).

Nenhuma provisão para perda por desvalorização nos estoques foi reconhecida em 2011 e 2010.

Em 2011, derivados de petróleo, etanol e materiais e suprimentos para manutenção reconhecidos no resultado, totalizavam R\$65.624 (R\$57.879 em 2010).

9 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Disponíveis para venda	237	217	237	217
Mantidos até o vencimento	22	22	22	22
Total	259	239	259	239

Os títulos e valores mobiliários, classificados no ativo não circulante, compõem-se de:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
NTN-B	237	217	237	217
Cotas de fundo de investimento	19	19	19	19
Outros	3	3	3	3
Total	259	239	259	239

Continua...



Continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

Notas do Tesouro Nacional - NTN-B

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a própria Petros, para equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros são pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos vão de 2024 a 2035.

Cotas FIDC - FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

A Companhia mantém recursos de R\$19 investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços - FCM, constituído sob a forma de condomínio fechado, com recursos destinados à aquisição de direitos creditórios de operações de aquisições de bens e serviços realizadas junto aos fornecedores da Companhia.

A estrutura do fundo contempla como único sacado a Companhia e como cedentes os fornecedores qualificados. A Companhia tem a intenção e capacidade para manter esses títulos até o vencimento, previsto para 5 anos.

10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Cível	34	33	26	25
Trabalhista	30	27	22	18
Tributária	292	266	268	245
Ambiental	1	1	1	1
Outras	2	2	-	-
Totais (*)	359	329	317	289

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

11 Investimentos**11.1 Aquisições e alterações de participações acionárias****BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.**

Em 21 de março de 2011, a Companhia constituiu a BRF Biorefino de Lubrificantes S.A., com participação acionária de 49%, mediante o pagamento de R\$2. A BRF é uma controlada em conjunto, em função da existência de acordo contratual que estabelece o controle compartilhado de várias atividades da investida.

11.2 Informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital Subscrito em 31/12/2011	Milhares de Ações Ordinárias/Cotas	Ativo (*)	Passivo (*)	Patrimônio Líquido (*)	Receita Operacional Líquida (*)	Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Exercício (*)
Controladas							
Liquigás	438	8.145	1.068	372	696	2.776	106
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (**)	-	47	655	660	(5)	1	(6)
Strutura	66	66.008	160	54	106	335	2
Controladas em conjunto							
EBL	-	367	2	-	2	2	1
Sefagel	2	1.515	4	2	2	-	-
Brasil Carbonos	18	18.089	49	3	46	21	9
CDGN	3	2.940	75	58	17	43	5
BRF Biorefinos	2	4.900	4	-	4	-	-
Coligada							
Brasil Supply	57	5.860	107	70	37	29	(13)

(*) As informações representam os totais de ativos, passivos e resultado das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

(**) Cotas.

11.7 Mutação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas (controladora)

	Controladora											
	Controladas, controladas em conjunto e coligadas											
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligada					
	Liquigás	Strutura	FII	Sefagel	EBL	Brasil Carbonos	CDGN	BRF Biorefinos	Brasil Supply	2011	2010	
No início do exercício	668	105	-	1	1	18	8	-	1	802	647	
Aquisição e aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	2	4	6	20	
Equivalência patrimonial	106	1	(6)	-	-	4	3	-	(1)	107	150	
Dividendos	(77)	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(80)	(15)	
Provisão para perda	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	-	
No fim do exercício	697	106	-	1	1	22	8	2	4	841	802	
										2011	2010	
Controladas, controladas em conjunto e coligada										841	802	
Outros investimentos										2	3	
Mais valia de ativos										75	80	
										918	885	

11.8 Informações sobre coligadas vinculadas à Liquigás

	2011		2010	
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido/ Passivo a descoberto	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante
Utingás Armazenadora S.A.	31,00%	41	10	22
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	33,33%	(1)	-	3
Metalúrgica Plus S.A.	33,33%	(1)	-	1

11.9 Mais valia de ativos

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A., em agosto de 2004, até então denominada Agip do Brasil S.A., e na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R\$393 e R\$28, respectivamente, que são amortizadas em função da vida útil dos ativos.

Movimentação da mais valia de ativos:

	2011
Saldo da mais valia em 01/01/2010	64
Amortização de mais valia - Liquigás	(12)
Mais valia na aquisição de participação na Brasil Carbonos	28
Saldo da mais valia em 31/12/2010	80
Amortização de mais valia - Liquigás	(4)
Amortização de mais valia - Brasil Carbonos	(1)
Saldo da mais valia em 31/12/2011	75

Na controladora, o saldo da mais valia de ativos de R\$75 (R\$80 em 2010) está contabilizado em investimentos. No Consolidado, o saldo da mais valia da Liquigás está apresentado como ativo imobilizado, e o saldo da mais valia da Brasil Carbonos compõe o total dos investimentos em controladas em conjunto.

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

11.3 Descrição das atividades das controladas**a) Liquigás Distribuidora S.A.**

Opera na área de distribuição e comercialização de subprodutos das refinarias de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

b) Fundo de Investimento Imobiliário - FII

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de uma promessa de compra e venda, imóveis, representados por terminais, bases e postos de abastecimento, e imobilizado da fábrica de lubrificantes de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

c) Strutura Asfaltos S.A. - Strutura (anteriormente denominada Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA.)

Tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, anticorrosivos, detergentes, óleos e graxas lubrificantes e produtos derivados de carvão mineral.

11.4 Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Não obstante a Companhia possuir menos de 20% do capital votante da coligada Brasil Supply, a Companhia entende que possui uma influência significativa considerando sua representatividade no Conselho de Administração desta coligada.

11.5 Descrição das atividades das controladas em conjunto**a) EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.**

Tem por objetivo a prestação de serviços de soluções de eficiência energética e locações de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A.

b) SEFAGEL S.A.

Tem por objetivo a implantação de unidades de geração para a produção e a comercialização de água gelada e/ou quente para a climatização de edifícios comerciais construídos e operados pela Lorence Construtora e Incorporadora Ltda.

c) Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

d) Companhia Distribuidora de Gás Natural - CDGN

Tem como atividade principal a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural comprimido e liquefeito no Brasil.

e) BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Tem por objetivo construção de planta de refino, operação e comercialização de óleo lubrificante usado ou contaminado no Rio de Janeiro.

11.6 Informações sobre controladas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Controladas em conjunto				
	EBL	Sefagel	Brasil Carbonos	CDGN	BRF Biorefinos
Ativo circulante	1	1	3	17	4
Ativo realizável a longo prazo	1	-	9	2	-
Imobilizado	-	3	37	56	-
Passivo circulante	-	-	3	21	-
Passivo não circulante	-	2	-	37	-
Patrimônio líquido	2	2	46	17	4
Receita operacional líquida	2	-	21	43	-
Lucro líquido do exercício	1	-	9	5	-
Percentual de participação - %	33%	49%	49%	49%	49%

12 Imobilizado**12.1 Por área de negócio**

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Depreciação e amortização do ágio acumuladas	Líquido	Líquido
Gás e energia	6	(1)	5	1
Distribuição	7.690	(2.981)	4.709	4.005
Total	7.696	(2.982)	4.714	4.006
	Controladora			
	2011		2010	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	6	(1)	5	1
Distribuição	6.084	(2.269)	3.815	3.401
Total	6.090	(2.270)	3.820	3.402

12.2 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativo em Construção	Total
01 de janeiro de 2010	1.601	1.549	354	3.504
Adições	28	295	459	782
Baixas	(3)	(14)	(9)	(26)
Depreciações	(58)	(235)	-	(293)
Transferências	192	221	(374)	39
31 de dezembro de 2010	1.760	1.816	430	4.006
Adições	21	257	801	1.079
Baixas	(7)	(19)	(4)	(30)
Depreciações	(65)	(267)	-	(332)
Transferências	188	114	(311)	(9)
31 de dezembro de 2011	1.897	1.901	916	4.714
Custo	2.327	3.996	430	6.753
Depreciação	(567)	(2.180)	-	(2.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.760	1.816	430	4.006
Custo	2.527	4.253	916	7.696
Depreciação	(630)	(2.352)	-	(2.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.897	1.901	916	4.714
Tempo de vida útil estimado	4 a 47 anos(*)	5 a 30 anos		

(*) exceto Terrenos.

Continua...

Continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.
CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

	Controladora			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativo em Construção	Total
01 de janeiro de 2010	1.515	1.208	294	3.017
Adições	28	247	334	609
Baixas	(7)	(9)	(9)	(25)
Depreciações	(55)	(187)	-	(242)
Transferências	170	109	(236)	43
31 de dezembro de 2010	1.651	1.368	383	3.402
Adições	12	214	496	722
Baixas	(6)	(12)	(4)	(22)
Depreciações	(62)	(215)	-	(277)
Transferências	178	45	(228)	(5)
31 de dezembro de 2011	1.773	1.400	647	3.820
Custo	2.097	2.973	383	5.453
Depreciação	(446)	(1.605)	-	(2.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.651	1.368	383	3.402
Custo	2.278	3.165	647	6.090
Depreciação	(505)	(1.765)	-	(2.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.773	1.400	647	3.820
Tempo de vida útil estimado	10 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(*) exceto Terrenos.

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado, Consolidado e controladora, inclui os direitos de uso de bens decorrentes de contratos que transferem os benefícios, riscos e controles, no montante de R\$178 e de R\$170, respectivamente (R\$175 e R\$174 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 39 (R\$ 42 em 2010) foi dado como garantia em processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

12.3 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Custo dos produtos vendidos	3	2	3	2
Despesas operacionais	329	291	274	240
	332	293	277	242

(*) Inclui R\$4 de amortização da mais valia de ativos da controlada Liquigás, conforme Nota 11.9

13 Intangível

13.1 Por área de negócio

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	179	(22)	157	116
Distribuição	998	(624)	374	258
Total	1.177	(646)	531	374

	Controladora			
	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	179	(22)	157	116
Distribuição	906	(543)	363	245
Total	1.085	(565)	520	361

13.2 Por tipo de ativos

	Consolidado				Total
	Direitos e Concessões	Software adquirido	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	
01 de Janeiro de 2010	83	82	26	158	349
Adições	34	23	9	-	66
Baixas	(1)	-	-	-	(1)
Amortização	(2)	(14)	(28)	-	(44)
Transferências	4	-	-	-	4
31 de dezembro de 2010	118	91	7	158	374
Adições	40	23	10	-	73
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(10)	(15)	(7)	-	(32)
Transferências	125	(2)	(7)	-	116
31 de dezembro de 2011	273	97	3	158	531
Custo	137	236	36	580	989
Amortização	(19)	(145)	(29)	(422)	(615)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	118	91	7	158	374
Custo	302	256	39	580	1.177
Amortização	(29)	(159)	(36)	(422)	(646)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	273	97	3	158	531
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 34	5 a 10			indefinida

	Controladora				Total
	Direitos e Concessões	Software adquirido	Software desenvolvido internamente	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	
01 de Janeiro de 2010	82	66	26	158	332
Adições	34	20	9	-	63
Baixas	(1)	-	-	-	(1)
Amortização	(2)	(7)	(28)	-	(37)
Transferências	4	-	-	-	4
31 de dezembro de 2010	117	79	7	158	361
Adições	39	20	10	-	69
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(10)	(8)	(7)	-	(25)
Transferências	125	(3)	(7)	-	115
31 de dezembro de 2011	271	88	3	158	520
Custo	135	150	36	580	901
Depreciação	(18)	(71)	(29)	(422)	(540)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	117	79	7	158	361
Custo	299	167	39	580	1.085
Depreciação	(28)	(79)	(36)	(422)	(565)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	271	88	3	158	520
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33	5	5		indefinida

13.3 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável por igual período, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio da atuação de órgão regulador.

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventário dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização. Dessa forma, não é possível a mensuração de ativo financeiro.

Os serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, conforme as disposições regulatórias vigentes, e observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição - que atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Anchieta, Viana, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O montante dos ativos vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2011 é de R\$157 (R\$117 em 2010). O aumento no saldo se deveu a novos investimentos efetuados para a prestação de serviços, atrelados à geração futura de tarifa.

O OCPC 05 requer o reconhecimento de receita e custo de construção no resultado, pelos valores incorridos para a construção da infraestrutura. A Companhia não apura margem a ser reconhecida sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R\$38 no exercício de 2011.

13.4 Análise de impairment

Na aquisição da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A foi apurado um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$198, reconhecido em função da extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes. Esse ágio passou a não ser amortizado a partir do exercício de 2009, em função das novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Para esse ágio é feito teste anual de recuperabilidade com base em estimativas de fluxos de caixa futuros da Liquigás para o período de 10 anos e premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, considerando taxa de desconto de 5,3%.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do valor presente dos fluxos de caixa futuros depende das estimativas descritas na nota 4.13, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Os testes efetuados não indicaram a necessidade de reconhecimento de impairment, assim, nenhuma provisão foi constituída no exercício de 2011.

14 Financiamentos

	Consolidado (*)			
	Circulante		Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	14	8	70	19
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC)	9	-	-	-
Banco da Amazônia (**)	202	-	-	-
RB Capital Securitizadora S.A.	-	-	454	-
Total	225	8	524	19
Juros sobre financiamentos	16	1	-	-
Parcela não circulante dos financiamentos no passivo circulante	13	7	-	-
Financiamentos de curto prazo	196	-	-	-
Total	225	8		

(*) Financiamentos contratados em moeda nacional

(**) A controladora detém financiamento junto ao Banco da Amazônia, obtido em fevereiro de 2011; a quitação desse financiamento de capital de giro ocorrerá em parcela única, no dia 10 de fevereiro de 2012. O principal de R\$187 foi atualizado por taxa de 7,5% a.a. + TR.

14.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

Período	Consolidado			
2013				20
2014				104
2015				43
2016 em diante				357
Total				524

14.2 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante				
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	Total	
2012	208	27	235	-	-	-	235	
2013	-	-	-	112	7	119	119	
2014	-	-	-	17	66	83	83	
2015	-	-	-	34	27	61	61	
2016 em diante	-	-	-	351	110	461	461	
Total	208	27	235	514	210	724	959	

14.3 Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado	
	2011	2010
No país		
Até 6%	-	-
De 6% a 8%	30	-
De 8% a 10%	488	11
De 10% até 12%	6	8
Total	524	19

Continua...



Continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

14.4 Captações

No exercício de 2010, a Liquigás captou o montante de R\$5 referente a financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, indexado pela TJLP + 2,71% a.a. com vencimento em 2014. Esta captação teve como objetivo a construção de um Centro Operativo para recebimento, armazenamento, envase, distribuição e comercialização de gás liquefeito de Petróleo (GLP) em Duque de Caxias, para a expansão do mercado do Rio de Janeiro. Em 15 de janeiro de 2009, a Liquigás emitiu para garantia do financiamento 3 séries privadas de debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações e com garantia flutuante.

Em 2011, essa investida captou recursos no total de R\$63 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, indexado pela TJLP + 8% a.a. com vencimento em 2017, para ampliação e modernização de centros operativos, construção da estação Purogas e uma central de abastecimento Flexgas, utilizando nove subcréditos distribuídos da seguinte forma:

Data	Valor	Vencimento	Descrição
29/06/2011	45	15/07/2017	Financiamento obtido junto ao BNDES indexado pela TJLP + 1,88% a.a.
27/10/2011	5	15/07/2017	Financiamento obtido junto ao BNDES indexado pela TJLP + 1,88% a.a.
11/11/2011	14	15/07/2017	Financiamento obtido junto ao BNDES indexado pela TJLP + 1,88% a.a.
	64		

No exercício de 2011, o FII captou o montante de R\$444 referente a financiamento junto à RB Capital Securitizadora S.A., indexado pelo IPCA + 2,1% a.a. com vencimento em 2023.

14.5 Garantias

Em garantia às debêntures e aos financiamentos e empréstimos, a Companhia possui contas correntes bancárias centralizadoras, (com movimentação exclusiva pelos Bancos Receptores), vinculadas as receitas provenientes da venda de gás GLP para revendedoras, nas quais devem transitar mensalmente, no mínimo, os valores equivalentes aos saldos devedores de todas as operações.

15 Arrendamentos mercantis**15.1 Arrendamentos mercantis financeiros**

A Companhia possui compromissos financeiros com a Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda. em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IGPM e IPCA.

Os créditos imobiliários originados no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, celebrado entre a Companhia e a Rio Bravo, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento Imobiliário FCM, serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

	2011	
	Consolidado	Controladora
2012	32	32
2013 - 2016	137	137
2017 em diante	53	53
Pagamentos futuros de compromissos estimados	222	222
Juros	(49)	(49)
Valor presente dos pagamentos mínimos	173	173
Menos parcela circulante das obrigações	(32)	(32)
Parcela de longo prazo das obrigações	141	141

15.2 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia possui arrendamentos operacionais referentes a terrenos das áreas comerciais. O prazo médio dos contratos é de 15 anos.

Em 2011, a Companhia reconheceu um montante de R\$168 (R\$139 em 2010) como despesa do exercício referente a tais compromissos contratuais.

Parcela significativa dos pagamentos mínimos futuros relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais é composta por valores variáveis, decorrentes das condições comerciais pactuadas entre a Companhia e seus fornecedores. Os pagamentos mínimos são atualizados mensalmente com base nessas condições de mercado pactuadas.

16 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Empresas do sistema	2.346	2.324	2.346	2.324
A Vencer	666	616	666	616
Vencidos				
Até 3 meses	170	149	170	149
De 3 a 6 meses	2	2	2	2
Mais de 6 meses	3	-	3	-
Em 31 de dezembro de 2011	3.187	3.091	3.187	3.091
Em 31 de dezembro de 2010	2.400	2.272	2.400	2.272

As obrigações com fornecedores serão liquidadas em até 1 ano pelo mesmo montante no qual se encontram registradas no balanço.

17 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	(360)	(337)	(298)	(279)
Despesas com Pessoal	(981)	(931)	(725)	(682)
Matéria-prima/produtos adquiridos	(68.197)	(60.253)	(65.947)	(58.076)
Despesas com benefícios pós emprego	(90)	(85)	(90)	(68)
Outros	(2.660)	(2.186)	(2.229)	(1.838)
	(72.288)	(63.792)	(69.289)	(60.943)
Custo do produto vendido	(68.230)	(60.282)	(65.977)	(58.102)
Despesas com vendas	(3.343)	(2.868)	(2.754)	(2.333)
Despesas gerais e administrativas	(715)	(642)	(558)	(508)
	(72.288)	(63.792)	(69.289)	(60.943)

20.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Natureza	2011		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
Absorção de financiamentos condicionais	126	126	Término dos contratos de financiamento
Amortização de ágio	103	103	Realização pela absorção do patrimônio da investida, em virtude de incorporação, fusão ou cisão
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	26	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	83	76	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigação PETROS - Futuros Inativos	33	32	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da patrocinadora à PETROS
Provisão para participação nos lucros	34	34	Pagamento efetivo
Arrendamentos mercantis financeiros	65	65	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários	16	16	Pela realização da receita
Provisão para plano de saúde - Liquigás	21	-	Realização através dos pagamentos mensais da assistência médica para aposentados ou reversão de provisão com base na mudança de premissas atuárias.
Outros	14	5	
	524	483	

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	2011		Fundamento para liquidação
	Consolidado	Controladora	
Ganho ou perdas não realizados - instrumentos financeiros disponíveis para venda	14	14	Quando da liquidação dos títulos
Arrendamentos mercantis financeiros	62	62	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	85	41	Pela depreciação dos imobilizados - ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida
Outros	3	-	
	164	117	

18 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Despesa com financiamentos	(14)	(2)	(13)	-
Receita com aplicações financeiras	13	-	-	-
Receita líquida com FIDC	66	81	56	67
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	65	79	43	67
"Hedge" sobre operações comerciais e financeiras	(10)	12	(10)	12
Títulos e valores mobiliários	11	9	11	9
Juros por atraso de clientes	229	254	216	244
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	(54)	(46)	(68)	(52)
Outras variações cambiais e monetárias, líquidas	(15)	(34)	(22)	(37)
Resultado financeiro líquido	226	274	170	243

19 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Acordos coletivos de trabalho	(45)	(40)	(45)	(40)
Perdas e provisões com processos judiciais	(79)	(202)	(76)	(195)
Multas contratuais e regulatórias	12	8	12	8
Aluguéis e royalties	186	175	186	172
Resultado com alienação de ativo permanente	44	38	32	26
Arrendamentos operacionais	(77)	(72)	(77)	(72)
Armazenagem Conjunta	66	59	66	59
Relações institucionais e projetos culturais	(121)	(100)	(110)	(90)
Recuperação de créditos tributários	41	84	41	84
Provisão de estoque em litígio	(62)	-	(62)	-
Provisão para perda de créditos tributários	(33)	(18)	(33)	(18)
Restituição de imposto de renda indevidamente cobrado	31	-	31	-
Incentivo compra de ações da Petrobras	-	(5)	-	(4)
Dívida Petros	-	(22)	-	(22)
Outros	-	(11)	1	(18)
	(37)	(106)	(34)	(110)

20 Impostos e contribuições**20.1 Impostos a recuperar**

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
ICMS	733	616	681	576
PASEP/COFINS	27	124	17	121
Imposto de renda	15	7	2	4
Contribuição social	3	2	2	1
Outros impostos	37	34	32	31
	815	783	734	733
Ativo não circulante				
ICMS	45	6	45	6
Imposto de renda	31	-	31	-
Outros impostos a recuperar	2	1	-	-
	78	7	76	6
	893	790	810	739

20.2 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo Circulante				
ICMS	178	186	174	180
PASEP/COFINS	18	133	18	133
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	39	21	37	19
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	48	15	42
Outras taxas	33	30	17	16
	284	418	261	390

20.3 Impostos e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido	386	343	356	306
Contribuição social diferida	138	122	127	109
	524	465	483	415
Passivo não circulante				
Imposto de renda diferido	121	94	86	72
Contribuição social diferida	43	34	31	26
	164	128	117	98

Continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.
CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

c) Movimentação de diferenças temporárias

Origem do Registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	Consolidado								
	01/01/2010	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Outros	2010	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Outros	2011
Impostos Diferidos Ativos									
Imobilizado	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	103	-	-	-	103	-	-	-	103
Participação de empregados e administradores	31	5	-	-	36	(2)	-	-	34
Benefício pós-emprego (Plano de Pensão)	33	7	-	-	40	14	-	-	54
Contas a Receber / Pagar e Empréstimos e Financiamentos	102	9	-	-	111	44	-	-	155
Arrendamentos mercantis financeiros	85	(1)	-	-	84	(4)	-	-	80
Provisão para processos judiciais	62	13	-	-	75	8	-	-	83
Outros	20	(4)	-	-	16	-	-	(1)	15
Total impostos diferidos ativos	437	28	-	-	465	60	-	(1)	524
Impostos Diferidos Passivos									
Imobilizado	13	39	-	-	52	36	-	(1)	87
Arrendamentos mercantis financeiros	61	-	-	-	61	-	-	1	62
Outros	9	-	5	1	15	(1)	2	(1)	15
Total impostos diferidos passivos	83	39	5	1	128	35	2	(1)	164
	354	(11)	(5)	(1)	337	25	(2)	-	360

Origem do Registro do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	Controladora						
	01/01/2010	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	2010	Reconhecido no Resultado do Exercício	Reconhecido no Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	2011
Impostos Diferidos Ativos							
Intangíveis	103	-	-	103	-	-	103
Estoques	-	-	-	-	-	-	-
Participação de Empregados e Administradores	30	5	-	35	(1)	-	34
Benefício Pós Emprego (Plano de Pensão)	13	7	-	20	13	-	33
Contas a Receber / Pagar e Empréstimos e Financiamentos	93	13	-	106	46	-	152
Arrendamentos mercantis financeiros	85	(1)	-	84	(5)	-	79
Provisão para processos judiciais	58	7	-	65	11	-	76
Outros	5	(3)	-	2	4	-	6
Total impostos diferidos ativos	387	28	-	415	68	-	483
Impostos Diferidos Passivos							
Imobilizado	-	23	-	23	18	-	41
Arrendamentos mercantis financeiros	60	2	-	62	-	-	62
Outros	8	-	5	13	(1)	2	14
Total impostos diferidos passivos	68	25	5	98	17	2	117
	319	3	(5)	317	51	(2)	366

d) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Período	Consolidado		Controladora	
	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos
2012	188	19	179	19
2013	55	5	46	5
2014	51	51	46	5
2015	49	5	46	5
2016	18	5	14	5
2017	16	5	14	5
2018	16	56	14	56
2019	16	15	14	15
2020 em diante	115	3	110	2
31 de dezembro de 2011	524	164	483	117
31 de dezembro de 2010	465	128	415	98

20.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre o lucro apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2011 e de 2010 estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores	2.002	2.210
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(681)	(751)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(79)	(67)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	3	3
• Incentivos fiscais	14	15
• Outros itens	8	(3)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(735)	(803)
IR e CSLL correntes	(760)	(792)
IR e CSLL diferidos	25	(11)
	(735)	(803)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	36,7%	36,3%
	Controladora	
	2011	2010
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação dos acionistas não controladores	1.964	2.135
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(668)	(726)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(78)	(66)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	36	51
• Incentivos fiscais	13	13
• Outros itens	-	(1)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(697)	(729)
IR e CSLL correntes	(748)	(732)
IR e CSLL diferidos	51	3
	(697)	(729)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35,5%	34,1%

21 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Planos de pensão	215	194	213	191
Planos de saúde	789	700	727	642
	1.004	894	940	833
Circulante	71	80	64	72
Não circulante	933	814	876	761

21.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social.

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Petros que está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados) e assistidos (aposentados e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, este deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros e a Petros assinaram Termos de Compromisso Financeiro - TCF em consequência à homologação de transação judicial, relativa ao plano de pensão, como o previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas - AOR firmado pelas patrocinadoras e entidades sindicais. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Em 31 de dezembro 2011, os saldos dos TCF totalizavam R\$242, dos quais R\$14 de juros vencem em 2012.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio dos TCF, representa uma contrapartida às adesões feitas pelos participantes/assistidos do Plano Petros à repactuação para alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e ao encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$237, que serão mantidas na carteira da Companhia como garantia dos TCF.

As contribuições esperadas da patrocinadora para 2012 é de R\$43.

b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007 pela Companhia e empresas do Sistema Petrobras na modalidade de contribuição variável. A Companhia assumiu o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para inscrições após essa data, mas não há mais o pagamento do serviço passado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. Em 31 de dezembro de 2011, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$26.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2012 são de R\$16.

Continua...

Continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

21.2 Ativos dos planos de pensão

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2011, era constituída por 47,5% de renda fixa, 39,9% de renda variável e 12,6% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura). A rentabilidade esperada dos investimentos, baseada nas expectativas de mercado, é de 8% a.a. para ativos de renda variável e 6% a.a. para ativos de renda fixa e para outros investimentos, resultando numa taxa de juros média de 6,49% a.a..

21.3 Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia e a Petrobras, Petroquisa e Refap, mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

b) Liquigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho resultantes das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP.

Em 31 de dezembro de 2011 a Liquigás reconhece uma Provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$63 (R\$58 em 31 de dezembro de 2010).

21.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2011				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				Total
Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total		
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	2.649	37	860	3.546	3.483
Custo dos juros	298	4	97	399	392
Custo do serviço corrente	1	26	21	48	46
Contribuições dos empregados	17	2	-	19	19
Benefícios pagos	(83)	-	(35)	(118)	(115)
(Ganho)/ Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	334	7	51	392	389
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.216	76	994	4.286	4.214
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	2.179	8	-	2.187	2.187
Rendimento esperado dos ativos do plano	467	1	-	468	468
Contribuições recebidas pelo fundo	58	4	-	62	62
Benefícios pagos	(83)	-	-	(83)	(83)
Ativos do plano no fim do exercício	2.621	13	-	2.634	2.634
	2011				Controladora
	Consolidado				Total
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo	3.216	76	994	4.286	4.214
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.621)	(13)	-	(2.634)	(2.634)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	595	63	994	1.652	1.580
Benefícios pagos					
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidas	(419)	(16)	(202)	(637)	(631)
Custo do serviço passado não reconhecido	(4)	(4)	(3)	(11)	(9)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	172	43	789	1.004	940
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	178	16	700	894	833
(+) Custos incorridos no período	35	29	125	189	181
(-) Pagamento de contribuições	(27)	(2)	(36)	(65)	(60)
(-) Pagamentos do termo de compromisso financeiro	(14)	-	-	(14)	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	172	43	789	1.004	940
	2010				Controladora
	Consolidado				Total
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	2.299	21	720	3.040	2.985
Custo dos juros	255	2	80	337	331
Custo do serviço corrente	11	7	14	32	31
Contribuições dos empregados	21	-	-	21	21
Benefícios pagos	(71)	-	(29)	(100)	(97)
(Ganho)/ Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	134	7	75	216	212
Obrigação atuarial no fim do exercício	2.649	37	860	3.546	3.483
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	1.925	7	-	1.932	1.931
Rendimento esperado dos ativos do plano	265	1	-	266	266
Contribuições recebidas pelo fundo	60	-	-	60	60
Benefícios pagos	(71)	-	-	(71)	(71)
Ativos do plano no fim do exercício	2.179	8	-	2.187	2.186
	2010				Controladora
	Consolidado				Total
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo	2.649	37	860	3.546	3.483
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.179)	(8)	-	(2.187)	(2.187)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	470	29	860	1.359	1.296
Benefícios pagos					
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidas	(288)	(9)	(158)	(455)	(453)
Custo do serviço passado não reconhecido	(4)	(4)	(2)	(10)	(10)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	178	16	700	894	833
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	170	7	632	809	754
(+) Custos incorridos no período	47	9	97	153	146
(-) Pagamento de contribuições	(27)	-	(29)	(56)	(54)
(-) Pagamentos do termo de compromisso financeiro	(12)	-	-	(12)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	178	16	700	894	833

Continua...



Continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

b) Componentes das despesas líquidas

	2011					Controladora
	Consolidado				Total	
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total		
Custo do serviço corrente	1	26	21	48	46	
Custo dos juros	298	4	97	399	392	
Rendimento estimado dos ativos do plano	(267)	(1)	-	(268)	(268)	
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais não reconhecidas	-	-	7	7	6	
Contribuições de participantes						
Custo do serviço passado não reconhecido	1	-	-	1	1	
Outros	2	-	-	2	4	
Custo líquido no exercício	35	29	125	189	181	
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	1	3	5	4	
Diretamente no resultado	7	28	51	86	86	
Relativa aos inativos	27	-	71	98	91	
Custo líquido no exercício	35	29	125	189	181	

	2010					Controladora
	Consolidado				Total	
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total		
Custo do serviço corrente	11	7	14	32	31	
Custo dos juros	255	2	80	337	331	
Rendimento estimado dos ativos do plano	(219)	-	-	(219)	(220)	
Outros	-	-	3	3	4	
Custo líquido no exercício	47	9	97	153	146	
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	2	-	2	4	4	
Diretamente no resultado	21	9	35	65	65	
Relativa aos inativos	24	-	60	84	77	
Custo líquido no exercício	47	9	97	153	146	

c) Ajustes de experiência dos planos

As variações entre os valores estimados e os efetivamente incorridos foram os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ganhos/ (perdas) dos planos de pensão				
Obrigação atuarial	(204)	69	(204)	68
Ativos de planos de pensão	200	47	200	47
Ganhos/ (perdas) dos planos de saúde				
Obrigação atuarial	69	5	68	5

d) Variação nos custos com assistência médica

A variação de 1% nas premissas de custos médicos teria os seguintes impactos:

	Consolidado		Controladora	
	1% de acréscimo	1% de redução	1% de acréscimo	1% de redução
Obrigação atuarial	156	(127)	150	(122)
Custo do serviço e juros	20	(16)	20	(16)

e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

Modalidade	2011	2010
Taxa de desconto	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a (1) + Juros: 5,58% a.a (2)	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a (1) + Juros: 5,91% a.a (2)
Taxa de crescimento salarial	Inflação: 5,6% a 4,34% a.a (1) + 2,080% a 3,188% a.a	Inflação: 5,3% a 4,3% a.a (1) + 2,220% a.a
Taxa de retorno esperada dos ativos de planos de pensão	Inflação: 5,6% a.a + Juros: 6,49% a.a	Inflação: 5,3% a.a + Juros: 6,78% a.a
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,652% a.a (3)	0,660% a.a (3)
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	8,96% a 4,34% a.a (4)	7,89% a 4,3% a.a (4)
Tábua de mortalidade	AT 2000, específica por sexo	AT 2000, específica por sexo
Tábua de invalidez	TASA 1927/ Zimmernann ajustada (5)	TASA 1927/ Zimmernann ajustada (5)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49, específica por sexo	AT 49, específica por sexo

(1) Inflação linearmente decrescente nos próximos 5 anos quando se torna constante

(2) A Companhia utiliza uma metodologia para apuração de uma taxa real equivalente a partir da curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo, considerando-se no cálculo desta taxa o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde

(3) Rotatividade média que varia de acordo com a idade e tempo de serviço

(4) Custos médicos e hospitalares taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo

(5) Tábua de invalidez: Zimmermann ajustada para o Plano Petros 2

21.5 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social, o Ofício MP/DEST nº. 28/2011, a Lei nº 10.101/2000 e demais normativos vigentes, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia provisionou o valor de R\$100 (R\$103 em 2010) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, incluída no montante acima apresentado, será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

22 Patrimônio líquido**22.1 Capital social realizado**

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.453.082 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconversíveis.

22.2 Reserva de capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

22.3 Reservas de lucros*a) Reserva legal*

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em consonância com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2012, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e prevê aplicações de recursos no montante de R\$1.452.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$638.

22.4 Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2011 será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2011
Lucro líquido do exercício	1.267
Apropriação	
Reserva legal	(63)
Lucro básico para determinação dos dividendos	1.204
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante	
Equivalentes a 25% (25% em 2010) do lucro básico	301
Dividendos adicionais propostos - Registrados no patrimônio líquido	
Equivalentes a aproximadamente 19,9% do lucro básico (9,5% em 2010)	239
Total	540

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2011, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se às alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que esses investimentos sejam desconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

23 Processos judiciais e contingências**23.1 Processos judiciais provisionados**

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Causas trabalhistas	59	82	53	70
Causas fiscais	15	46	12	7
Causas cíveis	66	70	64	66
Causas ambientais	4	1	4	1
Outras	2	2	-	-
Total	146	201	133	144
Circulante	40	30	39	29
Não circulante	106	171	94	115

Continua...



Continuação

Ministério de
Minas e Energia**Petrobras Distribuidora S.A.**

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

	2011	
	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2010	184	137
Adição	23	16
Reversão	1	1
Utilização	(25)	(24)
Transferências	3	-
Atualização de juros	15	14
Saldo em 31 de dezembro de 2010	201	144
Adição	7	3
Reversão	(34)	(18)
Utilização	(20)	(14)
Transferências	(11)	-
Atualização de juros	3	18
Saldo em 31 de dezembro de 2011	146	133

23.2 Processos judiciais não provisionados (perdas possíveis)

Natureza	Consolidado	
	2011	2010
Fiscais	1.212	1.122
Cíveis	756	750
Outras	108	138
	2.076	2.010

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza tributária

Descrição - Natureza Fiscal	Estimativa
Autor: Estado de São Paulo. Processos judiciais em que a BR discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	164
Autor: Estado do Rio de Janeiro. Ação de execução fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, em face da Companhia, sob alegação de não pagamento por parte desta de créditos relativos a ICMS. A Companhia ofereceu combustível como garantia. Derrota da Companhia em 2ª instância. Aguarda-se julgamento de recursos interpostos pela Companhia aos Tribunais Superiores. Há precedente favorável à Companhia no Supremo Tribunal Federal - STF.	95
Autor: União. Processos judiciais em que a BR discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	68
Autores: Municípios de Cubatão, Rio de Janeiro, Teresina e Vitória. Processos judiciais em que a BR discute a real ocorrência de fato gerador do IVVC (antigo tributo municipal) nas operações que realiza diretamente aos clientes consumidores finais atacadistas.	65
Autor: Estado de Goiás. Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 16 autos de infração relativos a ICMS. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. A Companhia interpôs embargos à execução, que estão em fase probatória. A Companhia requereu a realização de exame pericial. Ainda não há sentença.	64
Autor: Estado de Goiás. Ação de execução fiscal promovida pelo Estado de Goiás, em face da Companhia, para cobrança de supostos créditos tributários constituídos por meio de 9 autos de infração. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. A Companhia interpôs embargos à execução, que estão em fase probatória. A prova pericial foi deferida. A Companhia já formulou quesitos e apresentou seu assistente técnico. Ainda não há sentença.	62
Autor: Fazenda Pública do Estado de Pernambuco. Ação de execução fiscal perante a justiça do Estado de Pernambuco (Ipojuca), sob alegação de recolhimento de ICMS a menor. A Companhia ofereceu como garantia fiança bancária. Houve realização de perícia nos embargos à execução interpostos pela Companhia. Ainda não há sentença.	55
Autor: Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Ação de execução fiscal proposta pela Fazenda do Estado do Rio de Janeiro por suposta apropriação indevida de crédito escritural. Mesmo com laudo pericial favorável à Companhia, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ, em 1ª e 2ª instâncias, entendeu que o crédito da Companhia era indevido por razão distinta da autuação em julgamento extra petita. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso de agravo regimental interposto pelo Estado do Rio de Janeiro contra a decisão do Ministro-Relator, que deu provimento ao recurso especial da Companhia para anular o acórdão do TJRJ proferido nos embargos de declaração da Companhia. Ação está em fase inicial, tendo a Companhia apenas apresentado contestação. Em 21/11/2011 o autor devolveu os autos com réplica. Ainda não abriu prazo para falarmos.	55
Autor: Município de Vitória. Ação de execução fiscal promovida pelo Município de Vitória em face da Companhia, para cobrança de suposto crédito a título de IVVC (imposto sobre venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos). Aguarda-se julgamento da apelação interposta pela Companhia.	55
Autores: Estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Tocantins e o Distrito Federal. Processos judiciais em que a BR discute se a composição da base de cálculo do ICMS-ST em operações interestaduais com derivados de petróleo deve ou não incluir o próprio ICMS.	51
Autor: Fazenda do Estado de São Paulo. Ação de execução fiscal proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo - FESP em face da Companhia, sob alegação de não pagamento do ICMS-ST nas vendas de mercadorias a Distribuidora Onofre Barbosa. A Companhia alega que apenas cumpriu decisão judicial liminar que determinava o não recolhimento do ICMS-ST nas vendas à Distribuidora Onofre Barbosa. A Companhia ofereceu carta de fiança bancária como garantia. Os embargos à execução fiscal foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se o julgamento de recursos de apelação interpostos tanto pela Companhia quanto pela FESP.	50
Outros processos de natureza tributária	428
Total dos processos de natureza tributária	1.212

b) Processos de natureza cível

Descrição - Natureza Cível	Estimativa
Autor: Francisco Messias Cameli. Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). A sentença proferida foi desfavorável à Companhia. Ambas as partes opuseram embargos de declaração. As partes foram intimadas para que se manifestem sobre estes recursos.	94
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	88
Autor: C A Soares da Costa. Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. Em novo julgamento, o Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a decisão anterior, favorável à Companhia. O autor apresentou recurso especial, que aguarda remessa ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.	76
Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda. Ação cível perante a justiça da Bahia, pretendendo a declaração de nulidade de títulos c/c pedido de indenização por supostos danos morais e materiais. A sentença foi desfavorável à Companhia. Foi interposta apelação. Aguarda-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça da Bahia para julgamento do recurso.	53
Outros processos de natureza cível	445
Total dos processos de natureza cível	756

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. Em menor grau, a Companhia está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativos mensurados pelo valor justo				
Ativos financeiros disponíveis para venda	237	217	237	217
Contratos a termo de dólar (NDF)	-	4	-	4
Caixa e bancos	470	352	456	339
	707	573	693	560
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Investimentos mantidos até o vencimento	22	22	22	22
Empréstimos e recebíveis	6.340	5.404	6.084	5.168
Aplicações financeiras	333	450	-	302
	6.695	5.876	6.106	5.492
Passivo mensurado pelo valor justo				
Contratos a termo de dólar (NDF)	3	-	3	-
	3	-	3	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Financiamentos	749	27	202	-
Arrendamentos mercantis financeiros	173	182	173	181
Fornecedores	3.187	2.400	3.091	2.272
Outras operações com a Controladora	102	101	102	101
Outras operações com Empresas do Sistema	2	14	2	14
	4.213	2.724	3.570	2.568

24.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

24.2 Risco de mercado**24.2.1 Risco cambial**

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

24.2.1.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para vendas ao segmento de aviação, o prazo de exposição é de até 3 meses, em média, e o hedge é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo, desta forma, a margem da comercialização. Em 2011 foram contratadas operações no total de US\$ 610.

O volume de hedge contratado para o faturamento ao exterior entre janeiro e dezembro de 2011 representou 61,1 % de todo o volume exportado pela Companhia no mesmo período.

As liquidações de todas as operações vencidas no período geraram um resultado negativo para a Companhia de R\$ 2,68.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de hedge cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

A Strutura não contratou operações de hedge cambial no período.

Instrumentos financeiros derivativos de moeda estrangeira

	Consolidado				Vencimento	Realizado 2011
	Valor de referência (nacional) USD (Milhões)		Valor justo (R\$ Milhões)			
	2011	2010	2011	2010		
Contratos a termo de dólar (NDF)	87	61	(3)	4	2012	3
Posição Vendida					2011	

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, e os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	
Estrangeira	Risco	Em 31/12/2011	(Δ de 25%)	(Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	(3)	(44)	(85)

24.2.2 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

24.2.2.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação de crédito para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limite de crédito de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco de crédito que este cliente pode representar.

Na análise de crédito são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

A carteira de crédito da Companhia somava R\$8,2 bilhões em 31 de dezembro de 2011. Como critérios de crédito previstos na política de crédito encontram-se garantias reais (hipoteca), garantias pessoais (fiança), análise de balanço e conceito comercial.

24.2.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos financiamentos a clientes, que geralmente estão atrelados ao IGPM. Em termos líquidos, considerando que os ativos suplantam de forma considerável os passivos, o risco maior da Companhia está associado a um cenário decrescente para a taxa de IGPM.

24.2.3.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Continua...

Continuação



Ministério de Minas e Energia



Petrobras Distribuidora S.A.

CNPJ N° 34.274.233/0001-02 - Empresa do Sistema Petrobras

24.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em menor grau, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos.

24.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês Executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Todo o excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos excepcionais que venham a onerar a geração de caixa e a liquidez da Companhia são atendidos com recursos do fundo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturas financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

24.4 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Os diferentes níveis de instrumentos financeiros registrados pelo valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia registrados a valor justo em base recorrente, em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada a seguir:

Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Consolidado		Total
	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Técnica de valoração sem o uso de preços observáveis (Nível 3)	
Ativos			
Títulos e valores mobiliários	237	-	237
Derivativos de moeda estrangeira	-	(3)	(3)
Total dos ativos	237	(3)	234

24.5 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital visando a confiança do investidor, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital empregado e o nível de dividendos para acionistas.

25 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$3.468 (R\$3.085 em 2010). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No Consolidado a importância segurada totalizava, em 31 de dezembro de 2011, R\$4.943 (R\$3.980 em 2010).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ativo	Tipo de cobertura	2011	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	3.944	3.468
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	938	469
Outros ativos		61	30
Total		4.943	3.967

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUIDO MANTEGA
Presidente

MIRIAM BELCHIOR
Conselheira

FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
Conselheiro

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA
Conselheiro

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMAN
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

SÉRGIO FRANKLIN QUINTELLA
Conselheiro

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ LIMA DE ANDRADE NETO
Presidente

JOSÉ ZONIS
Diretor de Operações e Logística

ANDURTE DE BARROS DUARTE FILHO
Diretor de Mercado Consumidor

LUIZ CLAUDIO CASEIRA SANCHES
Diretor da Rede de Postos e Serviços

NESTOR CUÑAT CERVERÓ
Diretor Financeiro

ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

LUIZ CLAUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho Consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa Consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Distribuidora S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas, controladas em conjunto e coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.4, a Companhia possui saldo significativo de contas a receber de empresas termoeletricas, cuja realização depende de sucesso nas negociações em curso pela Administração. Em 31 de dezembro de 2011, considerando a avaliação da Administração sobre a recuperabilidade dos valores a receber, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Resultados Abrangentes, as Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixa, os Valores Adicionados, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; a Proposição à Assembléia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2011 e a Proposição à Assembléia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2012.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 09 de fevereiro de 2012, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no

decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

O Conselho Fiscal ressalta a sua preocupação com a evolução da dívida do setor elétrico para com a Companhia, cuja posição em 31/12/2011 alcançava R\$ 2.129 milhões, representando um incremento de 182% em relação à posição de 31/12/2010, conforme enfatizado no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, objeto da Nota Explicativa 7.4.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2012

MARCIO BRANCO DE OLIVEIRA
Presidente

JOÃO JOSÉ DE NORA SOUTO
Conselheiro

MARCOS ANTONIO ZACARIAS
Conselheiro

PAULO JOSÉ DOS REIS SOUZA
Conselheiro

PEDRO ROMANO JÚNIOR
Conselheiro

O Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da Sociedade Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estão sendo publicados nesta data.